

ECO-200

ECO

200

**A Cadeia de Produção Agro-industrial e os Desafios da
Integração Económica Regional na SADC:**

O caso de Moçambique

Manuel Joaquim Chiau

Abril de 2008

**Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Moçambique**

**A Cadeia de Produção Agro-industrial e os Desafios da Integração
Económica Regional na SADC:
*O caso de Moçambique***

Manuel Joaquim Chiau

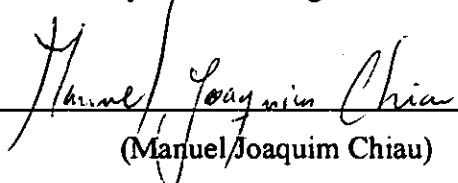
Trabalho de Diploma

Apresentado à Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane
em cumprimento dos requerimentos para a candidatura ao grau de
Licenciatura em Economia

Maputo, Abril de 2008

Declaração

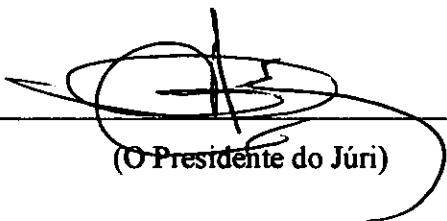
Declaro por minha honra que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação.
Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.



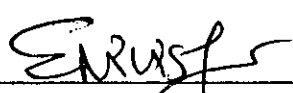
(Manuel/Joaquim Chiau)

Aprovação do Júri

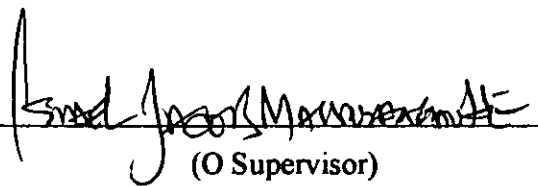
Este trabalho foi aprovado no dia 02 de Abril de 2008 por nós, membros do Júri
examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



(O Presidente do Júri)



(O Arguente)



(O Supervisor)

ÍNDICE

Declaração.....	ii
Dedicatórias.....	v
Agradecimentos.....	vi
Lista de Acrónimos.....	vii
Lista de Tabelas.....	viii
Lista de Figuras.....	ix
Sumário Executivo.....	x
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 Problematização	3
1.2 Relevância	4
1.3 Objectivos do Estudo	5
1.3.1 Objectivo geral.....	5
1.3.2 Objectivos específicos	5
1.4 Metodologia da pesquisa e fonte de dados	6
1.4.1 Método de recolha de dados	6
1.4.2 Método de análise	7
1.4.3 Estrutura do trabalho	9
CAPÍTULO II	11
REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 O Comércio Internacional	11
2.1.1 Benefícios do Comércio Internacional	12
2.2 Globalização e blocos económicos	12
2.2.1 Integração económica	13
2.3 Produtividade, competitividade e tecnologia	15
2.3.1 Produtividade	15
2.3.2 Competitividade	16
2.3.3 Tecnologia	17
2.4 Agro-indústria e a Cadeia de Produto e Valor	19
2.4.1 Agro-indústria	19
2.4.2 Cadeia de Produto e Valor	21
2.5 Teoria de Vantagem Comparativa e Vantagem Competitiva	22
2.5.1 Vantagem Comparativa	22
2.5.2 Vantagem Competitiva	23
2.6 Ambiente Institucional	25
CAPÍTULO III	28
INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA SADC	28
3.1 Antecedentes	28

3.2 O panorama político e económico na região	29
CAPÍTULO IV	35
MOÇAMBIQUE E SUA DINÂMICA ECONÓMICA INTERNA	35
4.1 O panorama económico	35
4.2 O panorama institucional	36
4.3 O agro-negócio - cenário e perspectivas.....	37
4.3.1 O Crédito ao sector agrário	37
4.4 Moçambique no comércio regional	44
4.4.1 Diferenciação: Selo de Origem	46
4.5 Os desafios	47
CAPÍTULO V	50
ANÁLISE GLOBAL DOS INDICADORES DE COMPETITIVIDADE	50
5.1 Vantagens comparativas reveladas	50
5.2 Taxa de cobertura	54
5.3 Indicador de assimetria	55
CAPÍTULO VI	57
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	57
6.1 Conclusões	57
6.2 Recomendações	59
7. Apêndices e Anexos	62
8. Referências Bibliográficas	70

Dedicatórias

A Deus

Por me iluminar;

À memória de meus pais

A quem devo a minha existência,
e de quem recebi ensinamentos e orientações
para a vida

À minha esposa Nilza

Por ter sempre estado do meu lado,
e acreditando em mim

Aos meus filhos, Josimar, Manuel, Clayton e Naira

Por constituírem minha fonte de inspiração

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se realizasse. Em especial, agradeço ao meu supervisor, Dr. Jacob Israel Massuanganhe pela assistência, ensinamentos e sugestões metodológicas de que o presente trabalho resulta; à Dra Paula Pateguana, pelas abordagens metodológicas sugeridas.

Agradeço aos meus pais, Joaquim Guedes e Lídia Chiau, pelo sacrificio consentido desde o primeiro dia da minha existência; aos meus irmãos Ester, Laura, Alcídio, Felicidade, Adelino e Eduardo, pelo apoio moral prestado sobretudo nos momentos difíceis; ao meu sobrinho António Manjate e aos meus primos, em especial à Maria do Rosário, pela colaboração prestada.

Aos docentes e funcionários da Universidade Eduardo Mondlane, em especial da Faculdade de Economia, vão os meus sinceros agradecimentos.

Finalmente quero agradecer a amizade, o carinho de amigos e colegas pelo inesgotável apoio: Vicente Langa, Svend Madsen, Isac Chuma, António Eugénio Balate, Ossemane Narcy, Evaristo Monjane, Alzira Matos, Pedro Munguambe, Rosário Fidélis, Catarino Gonçalves, Odete Omar, Dulce Magaia, Eunice Taíbo, Carlota Malate, António Naene, Ângelo Nhaca, Romão Nzucule, Abdul Americano, Alfred K'Ombudo e os demais que não pude citar e que muito me apoiaram.

A todos, muito obrigado

Lista de Acrónimos

ACDI	- Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional
ASEAN	- Associação das Nações do Sudoeste Asiático
CIPV	- Cadeias internas de produto e de valor
CPV	- Cadeia de Produto e de valor
C&T	- Ciência e Tecnologia
EUA	- Estados Unidos da América
FRELIMO	- Frente de Libertação de Moçambique
GATT	- General Agreement on Tariffs and Trade
IMF	- International Monetary Found
IPEA	- Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
MADER	- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MERCUSUL	- O Mercado Comum do Cone Sul
NAFTA	- Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OUA	- Organização da Unidade Africana
PAEI	- Política Agrária e Estratégia de Implementação
PARPA	- Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta
PI	- Política Industrial
PIBpc	- Produto Interno Bruto a preços correntes
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	- Programa de Reabilitação Económica
PRES	- Programa de Reabilitação Económica e Social
PROAGRI	- Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
RDH	- Relatório de Desenvolvimento Humano
SADC	- Southern African Development Community
SADCC	- Southern African Development Coordinating Conference
SIMA	- Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
SIMAp	- Sistema de Informação de Mercados Agrícolas ao nível provincial
UA	- União Africana
UE	- União Europeia
UTPPRON	- Unidade Técnica Para a Promoção de Produtos Nacionais (Ministério do Comércio e Indústria)
USD	- United States Dolar (dólares americanos)

Lista de Tabelas

Tabela-1:	PIBpc dos países da SADC em mil milhões de dólares	30
Tabela-2:	Percentagem da África do Sul nas exportações da SADC para o resto do mundo....	33
Tabela 3:	Percentagem do crédito alocado por sector	38
Tabela-4:	Valor do crédito cedido à economia, por sector de actividade económica	39
Tabela-5:	Comportamento da Produção Agrícola de Culturas de Rendimento, 2001–2006	42
Tabela-6:	Participação do saldo comercial total do país no PIB	50
Tabela-7:	Participação do Saldo Comercial dos países por produto no PIB	52
Tabela-8:	Vantagem comparativa corrigida pelo PIB	53
Tabela-9:	Taxa de Cobertura de cada país nas classes de produtos em análise	54
Tabela-10:	Taxa de Cobertura da SADC (Comércio SADC-Mundo)	55
Tabela-11:	Indicador de Assimetria	56

Lista de Figuras e Gráficos

Figura-1: Estrutura de uma Cadeia Produtiva Agro-industrial	19
Gráfico-1: Evolução do Comércio Internacional SADC-Resto do Mundo	32
Gráfico-2: Evolução do volume de exportações por agregado de produtos	33
Gráfico-3: Distribuição percentual do crédito por sectores em 2006	39
Gráfico-4: Variação da produção agrícola das culturas de rendimento entre 2001-2006	43
Gráfico-5: Comportamento das Transacções nas categorias de produtos em análise entre Moçambique e parceiros da SADC	46

Sumário Executivo

O presente estudo examina o impacto sobre o agro-negócio resultante da subscrição de Moçambique ao Protocolo Comercial da SADC. O estudo, que se circunscreve em torno de alguns países da região, nomeadamente a África do Sul, Swazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Tanzânia e Moçambique, envolve os agregados de produtos agrícolas, pecuários e derivados bem como de alimentos, bebidas e tabaco, com a finalidade de avaliar os impactos e desafios resultantes da nova dinâmica comercial na região, sobre a economia Moçambique na sua generalidade e particularmente sobre o agro-negócio no contexto da Integração Económica Regional na SADC

O estudo permitiu constatar que o processo de liberalização do comércio ao nível externo e regional que gradualmente vem tomando corpo desde a conversão da SADCC em SADC em 1994, vem incrementado os fluxos de comércio entre Moçambique e os restantes membros do bloco, mas esse intercâmbio, ainda não é vantajoso para Moçambique. Esta constatação é sustentada pelo saldo do comércio regional e internacional de Moçambique nestes agregados de produtos.

As conclusões apontam para a fraca competitividade do agro-negócio moçambicano, a desintegração ou inexistência das CIPV's no agro-negócio e a necessidade de dinamizar o investimento em conhecimento, infra-estruturas e a capacitação dos agentes envolvidos nos processos produtivos criando condições de acesso aos recursos como o crédito, informações sobre os mercados, incentivos e outros, que auxiliem no processo produtivo. Por outro lado, existe de espaço para a ocorrência de complementaridades económicas internas bem como entre os Estados componentes do bloco no âmbito dos agregados de produtos analisados neste estudo.

Assim, recomenda-se à adopção de estratégias de integração interna da economia de Moçambique, as quais permitirão a especialização económica com ponto de partida no distrito, tido como pólo de desenvolvimento, partindo de um processo de transformação da agricultura familiar em comercial com a conseqüente geração e integração das CIPV's. Com esta dinâmica espera-se a conversão das vantagens comparativas que Moçambique ostenta no agro-negócio em vantagens competitivas com os conseqüentes benefícios económicos e sociais.

Capítulo-I INTRODUÇÃO

Após a independência política em 1975, o Governo de Moçambique adoptou uma política económica centralizada, ainda caracterizada por um dualismo económico¹. Até finais da década de 80, este Governo levou a efeito programas amplos no âmbito económico e social, com a socialização do campo como uma das estratégias de reestruturação socio-económica adoptadas pelo III Congresso da FRELIMO realizado em 1977. Esta tinha como objectivo, a reestruturação económica partindo da mecanização da agricultura, que fora definida pela Constituição da República de 1975 como “base para o desenvolvimento”, potenciando o sector empresarial estatal e cooperativo, que, segundo OSSEMANE e SANDE (2004), incluíam camponeses que se mantinham ligados também à produção familiar.

Porém, com o esforço de reconstrução nacional e melhoria do nível de vida da população moçambicana nos primórdios da independência, mais concretamente, de 1975-81, registaram-se progressos, tanto na área económica, como social, tendo sido nesse período, que se conseguiu deter a queda dos índices de produção, tanto na agricultura, como na indústria e, em 1981, atingiu os níveis mais altos registados após a independência com o crescimento económico a alcançar os 11.6%². Mas foi a partir de 1981, que a economia iniciou o seu declínio, passando a registar um crescimento médio anual de 4% negativos, entre 1974 e 1986.³ O recrudescimento da guerra foi responsável por este cenário, que expôs o país na situação de dependência total.

A partir de 1985, ainda no decurso da guerra que terminaria em 1992 com um acordo de paz mediado pelas Nações Unidas, o governo iniciou um processo de reformas económicas, visando reverter as tendências do crescimento económico negativo, partindo da estabilização macroeconómica e ajustamento estrutural, que viria conhecer a sua formalização em 1987, tendo sido acomodado num Programa de Reabilitação Económica (PRE) que em 1990 passou a

¹ O dualismo económico refere-se à coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção não capitalistas. Os dois modos de produção que existem no mesmo espaço são interdependentes. Assim, dentro de uma economia de países subdesenvolvidos existem paralelamente a um sector completamente integrado na economia mundial e orientado para os mercados mundiais, sectores de economia de subsistência (pré-capitalista), de auto-abastecimento sem excedentes de mercados e, também de centros económicos regionais com uma indústria incipiente virada para o mercado interno.

² Fonte: IMF World Economic Outlook em <http://www.econstats.com/weo/C110V011.htm>

³ SULEMANE (2002) citado por NORTE (2003)

incorporar a componente social convertendo-se em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES).⁴

Em 1995, foi aprovada a Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI) que foi o embrião do PROAGRI, cuja a primeira fase iniciada em 1999 e terminada em 2004, visava a reestruturação e desenvolvimento do sector agrário através da reforma institucional e modernização do próprio Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com limitações a nível de prestação de serviços públicos agrários e uma gestão sustentável dos recursos naturais. Este programa encontra-se agora na sua segunda fase com a denominação PROAGRI-II. Estas acções e programas mostram a relevância que o governo de Moçambique atribui à agricultura, nas suas iniciativas de desenvolvimento económico.

Sendo a globalização da economia mundial um processo dinâmico de constituição de uma economia-universal, partindo da integração dos mercados nacionais e regionais e do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, as reformas políticas, institucionais e económicas operadas em Moçambique, se enquadram numa dinâmica regional e mundial a qual prepara os caminhos para a integração económica numa região cujas economias caracterizam-se por serem subdesenvolvidas e altamente díspares em relação à África do Sul que é um país com uma economia relativamente diferenciada e industrializada sendo assim responsável pela maior parcela do PIB do total da SADC⁵.

De forma a dar corpo à iniciativa de integração e incrementar o comércio entre os países do bloco, foi rubricado em 1996 um Protocolo Comercial no âmbito da SADC que passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2008. Este Protocolo, como instrumento legal para o estabelecimento duma Zona de Comércio Livre, visa incrementar o comércio livre através da eliminação de barreiras (artº 3), eliminação das tarifas de importação (artº 4), eliminação de tarifas de exportação (artº 5) e eliminação de barreiras não tarifárias (artº 6) de forma faseada, esperando-se que o mesmo dinamize a cooperação na liberalização do comércio e concorrência justa nas transacções de bens e serviços produzidos nos países membros bem como dinamizar mudanças profundas nas políticas económicas internas. Este instrumento, além de regular as trocas comerciais servirá também para

⁴ Moçambique: Um perfil em <http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#p1-4>

⁵ Vide a Tabela-1 - PIBpc dos países da SADC em mil milhões de dólares americanos

fomentar o investimento intra-regional dinamizando oportunidades para um sector privado dinâmico, ligando a liberalização do comércio ao processo de desenvolvimento industrial viável, assim como à cooperação nos restantes domínios.

1.1 Problematização

Os agentes da globalização são os fluxos de bens, capitais e informações criando um espaço virtual de transacções dando assim, lugar ao rápido crescimento das taxas de comércio internacional, dinamizando as economias domésticas no sentido dos mercados externos, através de fluxos de informações, estruturados por redes tanto públicas como privadas. Em simultâneo, emergem blocos económicos transnacionais que, por meio de tratados ou pela própria dinâmica dos fluxos económicos, facilitam a circulação de mercadorias e capitais e configuram os mercados internos. Essa tendência, de regionalização, começa a manifestar-se na SADC em certos aspectos de forma diferenciada de outras regiões como a União Europeia, ou na região da Ásia-Pacífico e, essa diferença assenta essencialmente nas desigualdades económicas acentuadas entre os estados integrantes da união. Actualmente muitas teorias económicas, relacionadas com indústrias nascentes, nomeadamente o proteccionismo com base na substituição de importações e os subsídios, vão perdendo relevância, prevalecendo a liberalização comercial e a competição.

Como se sabe, os países mais pobres da região, são fortemente dependentes da agricultura e para Moçambique em que **“a agricultura é a base para o desenvolvimento nacional”**⁶ o contributo da agricultura na economia, ainda enferma de uma fragilidade estrutural herdada⁷ de um longo processo histórico e político, onde estruturalmente, ela ainda permanece de subsistência com as CPV, descontinuadas. Mas por outro lado, Moçambique é um país com elevadas potencialidades

⁶ Vide o artº 103 da Constituição da República de Moçambique de 2004.

⁷ Moçambique herdou da colonização um estrutura económica agrária criada pelo capitalismo colonial em que consistiu no desenvolvimento de um padrão de acumulação de capital assente na exploração do campesinato que fornecia mão-de-obra, matérias-primas e alimentos baratos e reduzia os custos de reprodução da mão-de-obra. Pelo seu efeito no padrão de acumulação e consumo do campesinato, e por funcionarem como desincentivo para o investimento em forma de produção de maior eficiência, este sistema bloqueou o desenvolvimento das forças produtivas no campo e na economia como um todo. (Ossemame e Sande, 2004) em:

<http://www.unac.org.mz/documents/ImpactodasPolíticasNeoliberaisobreosCamponesesemMocambique.pdf>

agrícolas⁸ e pode tirar partido dessas vantagens comparativas e convertê-las em competitivas. É neste contexto, que o estudo se propõe responder à seguinte questão:

Que impactos e desafios recaem sobre a Economia de Moçambique no geral e sobre o agro-negócio em particular, como reflexo da nova dinâmica comercial na região, num contexto de Integração Económica Regional na SADC.

1.2 Relevância

No contexto da economia global, diversas modalidades de acordos comerciais ou criação de blocos regionais tem resultado da necessidade dos países conquistarem espaço para arrecadarem ganhos resultantes do comércio, agregando os restantes países como segmentos de mercado.

Com o processo de Integração Económica Regional na SADC a mostrar uma fluidez irreversível, cada país membro deve estar à altura de responder às dinâmicas dele resultantes. Em países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, é importante que se discutam acções tendentes a reestruturar o actual modelo da agricultura familiar e tradicional para um modelo de agricultura comercial, envolvendo estratégias de agro-industrialização em Cadeias de Produto e de Valor viradas para economias em desenvolvimento, onde o Estado passa a ter responsabilidade para incentivar e dinamizar a sua criação e desenvolvimento.

Partindo da ideia que é aumentando a competitividade das empresas que se cria prosperidade, acredita-se que quando organizadas em cadeias agro-industriais, as empresas, graças a uma complexa, mas virtuosa conjugação de competição e de cooperação, ganham competitividade, alcançando soluções que isoladamente seriam incapazes.

A formação de cadeias produtivas, que envolve empresas de diferentes segmentos de determinada cadeia produtiva concentradas geograficamente, é uma ideia já difundida em várias regiões do mundo e que agora pode ser aplicada com sucesso em Moçambique, sobretudo por encontrar eco no Plano Quinquenal do Governo (2005-2009) que define o distrito como pólo de desenvolvimento sendo, contudo, necessário que as firmas concorram e cooperem.

Segundo SUFFI (2002), citando MUSA (2002), a sinergia entre empresas proporciona o acesso facilitado a informações e a funcionários especializados, reduz custos com transportes e, acima de

⁸ Vide "REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE-SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS" - Documento apresentado na Conferência da FAO sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Brasil, 7-10 de Março de 2006

tudo, favorece o surgimento de inovações. São as inovações que estabelecem o diferencial competitivo num mundo em constante evolução.

O custo social resultante da falta de sinergias e planificação é elevado e nele pode residir o grande problema da sustentabilidade das empresas moçambicanas.

Assim, a relevância do presente estudo, está na sua actualidade e principalmente, na necessidade de potenciar-se os sectores relevantes pelo veículo das Cadeias Internas de Produto e de Valor, como estratégia para a expansão da actividade económica, geração do produto, ganhos de produtividade, renda e emprego. Mas a maior motivação que conduziu à escolha deste tema foi a de contribuir para a busca de alternativas viáveis para que Moçambique se integre economicamente na região, de forma activa.

1.3 Objectivo do Estudo

1.3.1 Objectivo geral

Avaliar os impactos e desafios resultantes da nova dinâmica comercial na região, sobre a economia Moçambique no contexto da Integração Económica Regional na SADC.

1.3.2 Objectivos específicos

Relativamente aos objectivos específicos, a pesquisa concentra-se na:

- 1- Abordagem do perfil da competitividade do agro-negócio em Moçambique;
- 2- Avaliação do ambiente político e económico na região;
- 3- Avaliação do cenário económico e institucional, com realce para a dinâmica do agro-negócio moçambicano no contexto interno e regional e os desafios em perspectiva, no âmbito do processo de integração económica regional;
- 4- Análise da dinâmica do comércio intra-regional e entre o bloco e o mundo em termos de produtos agrícolas, pecuários e seus derivados, e produtos alimentares, bebidas e tabaco, através de indicadores de mercado externo, estimando os indicadores das vantagens comparativas e a competitividade;
- 5- Proposta de medidas de política para responder aos problemas identificados a partir do estudo realizado.

1.4 Metodologia da pesquisa e fontes de dados

Em economia não é possível recorrer à experimentação laboratorial, como acontece noutras ciências como a física ou a biologia. Como refere MARX (1867) no prefácio de sua obra “O Capital”, *“a análise das formas económicas não pode socorrer-se do microscópio nem de reagentes químicos; a abstracção é a única forma que pode servir-lhe de instrumento.”*

Assim, esta secção procede à apresentação da forma como o autor do estudo operacionaliza a pesquisa, levando a cabo uma conjugação entre métodos e técnicas que compõem a sua metodologia de pesquisa.

1.4.1 Método de recolha de dados

a) Fonte de dados

Para a recolha de informação fez-se uma pesquisa documental que consistiu na colecta de informações e dados através de relatórios publicados por alguns organismos nacionais e internacionais e os dados que constituem o corpo da pesquisa, foram obtidos no *SADC Trade Report*⁹. Das instituições nacionais destacam-se o Ministério da Agricultura e Ministério do Plano e Desenvolvimento Rural, Instituto Nacional de Estatística e, das instituições internacionais destacam-se o PNUD, SADC, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

Como dados secundários, procedeu-se à revisão bibliográfica, com consultas a obras literárias, artigos, Legislação, Decretos, Publicações, Protocolos, documentos oficiais como Programas e Políticas disponíveis nas diversas bibliotecas e instituições sedeadas em Maputo, bem como em alguns sítios da Internet que arrolam sobre questões de comércio internacional e outras matérias relacionadas.

De acordo com o objectivo chave do trabalho, a análise decorreu em torno dos impactos e desafios resultantes da nova dinâmica comercial regional que se esperam sobre a economia Moçambique no contexto do mercado da SADC. Para o efeito, recorreu-se ao estudo da escala de vantagens comparativas, incluindo o cálculo de indicadores de competitividade de alguns países do mercado da SADC, que desenvolvem um maior intercâmbio comercial com Moçambique. Foram recolhidos dados relativos às exportações e importações dos diversos produtos ligados ao agro-

⁹ Este relatório, é acessível pelo site

http://data.sadctrade.org/st/ReportFolders/ReportFolders.aspx?CS_referer=&CS_ChosenLang=en

negócio incluindo alimentos, bebidas e tabaco, agregados nos diferentes itens. Contudo, sua utilização, assim como dos indicadores adiante especificados, variou de acordo com o produto analisado, a sua importância nos mercados dos países envolvidos na análise, a estrutura do comércio bilateral, entre outros factores. O volume total comercializado congrega as importações e exportações realizadas de todos os bens envolvidos no comércio. A apresentação desses dados e cálculos poderia ter sido feita em tabelas, mas em virtude delas poderem vir a sobrecarregar a análise com numerosos anexos, que não seriam de muita utilidade para o fim a que se destina no trabalho, foi feita apenas a apresentação dos indicadores mais utilizados separados por períodos anuais que variam do ano 2000 a 2006.

1.4.2 Método de análise

No presente trabalho a análise, circunscreve-se a alguns países, que partilham fronteiras e laços históricos e desenvolvendo intercâmbios comerciais tanto formais como informais com Moçambique. Por outro lado, a inclusão da África do Sul não só se justifica apenas pelo facto ora referido, como também, por constituir a principal potência económica do bloco e a exclusão do Zimbabwe na maior parte dos contextos, justifica-se pelo facto do Relatório Anual da SADC de 2007, principal fonte de dados, não incluir informação relativa às transacções externas deste país. Assim, foi realizada a análise estatística comparativa com recurso aos indicadores de competitividade seleccionados para o estudo.

A) Os Indicadores a utilizar

Um estudo do IPEA (1998) considera que a competitividade guarda uma certa correspondência com os preços relativos ou com os factores relacionados com a demanda, que caracterizam a denominada diferenciação de produtos. Entre os factores que caracterizam a diferenciação de produtos tem-se o controlo e o melhoramento da qualidade dos produtos de exportação, a eficácia do *marketing* e do financiamento e a capacidade de satisfazer rapidamente à demanda. No que caracteriza a oferta, o factor mais importante está vinculado às diferenças de produtividade existentes, para cada linha de produto, nos diferentes países. A competitividade pode, assim, estar relacionada aos factores tecnológicos, à produtividade e à satisfação das encomendas (habilidade para administrar a concorrência ou meios de fornecimento, de entrega, de qualidade e de diferenciação de produtos). Além desses indicadores pode-se ainda estudar a maneira como o país

se insere no mercado internacional por meio dos indicadores e formas de especialização. O tema da especialização é importante no momento de discutir uma estratégia de inserção competitiva para o país, pois é ela que irá definir a competitividade desse país a médio e longo prazos. O IPEA (1998) destaca os indicadores baseados nos fluxos de comércio divididos por LAFAY (1979) em:

- a) Taxa de cobertura, que representa a relação entre as exportações e as importações;
- b) Coeficiente de especialização de Balassa, que é derivado da taxa de cobertura e que permite determinar a natureza dos fenómenos de especialização;
- c) Indicadores assimétricos, que calculam a participação de um grupo de produtos nas exportações totais de um país dado e compara esta participação na SADC;
- d) Indicadores baseados na situação interna, que calculam a participação de um grupo determinado de produtos no PIB do país estudado, em relação à participação correspondente em uma zona de referência;
 - i) Taxa de cobertura (relação entre a exportação e a importação);
 - ii) Os assimétricos que calculam a participação de um grupo de produtos nas exportações totais de um dado país, comparada à participação na SADC e;
 - iii) Relação entre variáveis internas e fluxos de comércio internacional.

Na discussão sobre a competitividade e as vantagens comparativas, segundo o estudo do IPEA (1998), LAFAY (1979) define a competitividade como sendo a comparação entre dois ou vários países para um produto determinado e a vantagem comparativa como sendo a comparação entre diferentes produtos para um país dado, ou seja, como melhor utilizar os recursos disponíveis. Para ele, prossegue o estudo, a competitividade, de maneira geral, está subordinada à conjuntura macroeconómica e à taxa de câmbio real, enquanto as vantagens comparativas têm um carácter estrutural. No que tange às vantagens comparativas reveladas pelo comércio internacional, LAFAY (1989) propõe o cálculo de indicadores de contribuição ao saldo comercial apresentando a mesma estrutura lógica que a utilizada no cálculo dos indicadores de especialização.

O primeiro indicador a ser apresentado neste estudo, está relacionado com as **Vantagens Comparativas Reveladas (VCRs) - (fik)** que representa a relação entre uma participação neutra e a participação efectiva do produto no comércio total do mesmo, corrigida pelo PIB.

$$fik = yik - gik * yi$$

Onde:

f_{ik} = Vantagem Comparativa Corrigida pelo PIB.

y_{ik} = Participação do Saldo Comercial do País i por Produto no PIB

g_{ik} = Participação do Comércio do Produto k no Comércio Total do País i .

y_i = Participação do Saldo Comercial Total do País i no PIB;

Essas vantagens foram corrigidas por um ano de referência, no caso foi definido o ano 2000, por ser o primeiro ano da série temporal do estudo.

O indicador **Taxa de Cobertura (T)** fornece a relação entre as exportações e as importações de um país para um determinado produto:

$$T = X_{ik}/M_{ik}$$

Onde:

X_{ik} = Exportações Totais do produto k pelo País i ; e

M_{ik} = Importações Totais do produto k pelo País i .

O Indicador **Assimétrico (S)** mostra a participação de um grupo de produtos nas exportações totais do país:

$$S = \sum X_{ik}/X_i$$

Onde:

X_i = Exportações totais do país

B) Análise estatística comparada

A análise do comércio intra-regional e o desempenho da economia dentro dos agregados dos produtos em análise, foi realizada, com recurso a cálculos e gráficos a partir do pacote *Microsoft Excel*.

1.4.3 Estrutura do Trabalho

Para atender ao desenvolvimento e solução do problema proposto e, por conseguinte alcançar o resultado esperado, este trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo faz uma breve introdução que permite o conhecimento do tema tratado, o problema de pesquisa, a

relevância, os objectivos da pesquisa e os pontos referentes ao quadro metodológico da pesquisa e informações importantes para uma melhor adequação.

O segundo capítulo procede à revisão da literatura debruçando sobre a conceitualização e fundamentação teórica do Comércio Internacional, Globalização e Blocos Económicos, Integração Regional, Produtividade, Competitividade e Tecnologia, Vantagens Comparativas e Competitivas, Agro-indústria, Cadeias Internas de Produto e de Valor e Ambiente Institucional, revisitando obras de alguns autores.

O terceiro capítulo debruça-se sobre o panorama político e económico da região revendo a dinâmica do comércio no entre a SADC e o Mundo, restrito apenas aos produtos agrícolas, pecuários e seus derivados, incluindo alimentos, bebidas e tabaco.

O quarto capítulo debate sobre o enquadramento económico de Moçambique na SADC. Neste capítulo serão revisitadas questões como o ambiente económico, analisando o agro-negócio e o comportamento do comércio entre Moçambique e a SADC nos agregados de produtos seleccionados para a análise.

O quinto capítulo faz a análise global dos indicadores de competitividade, permitindo a confrontação da competitividade no agro-negócio de Moçambique com as restantes economias da região, assim como o grau de competitividade dos países do bloco seleccionados para o estudo com o Mundo.

Para finalizar, o sexto capítulo, apresenta em forma de conclusão os resultados do estudo e as respectivas recomendações para auxiliarem em próximas pesquisas ou produção de soluções técnicas.

CAPÍTULO – II

REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo serão abordados os conceitos de Comércio Internacional e Integração Económica bem como visões teóricas relacionadas com a Produtividade, Competitividade e Tecnologia; a Agro-indústria; as Vantagens Comparativas e Competitivas e; as Cadeias de Produto e de Valor que serão referidas ao longo das discussões e análises nos capítulos subsequentes.

2.1 O Comércio Internacional

De acordo com a enciclopédia Wikipédia¹⁰, o comércio internacional é a troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais ou territórios. Na maioria dos países, ele representa uma grande parcela do PIB. O comércio internacional esteve presente através de grande parte da história da humanidade, mas a sua importância económica, social e política se tornou crescente nos últimos séculos. O avanço industrial, dos transportes, a globalização, o surgimento das corporações multinacionais, e a externalização de serviços (*outsourcing*) tiveram grande impacto no incremento deste comércio. O aumento do comércio internacional é normalmente relacionado com o fenómeno da globalização.

A OMC é o instrumento que regula o comércio internacional, ao nível global, mas existem outros mecanismos regionais como os Blocos Económicos, que servem de resposta ao paradigma do mundo actual, em que nenhuma nação existe em isolamento económico. Todos os aspectos da economia de um país – suas indústrias, sectores de serviços, níveis de renda e emprego, padrão de vida – estão vinculados às economias de seus parceiros comerciais. Esse vínculo assume a forma de movimentos internacionais de bens e serviços, mão-de-obra, empreendimentos, fundos de investimento e tecnologia. De facto, as políticas económicas nacionais não podem ser formuladas sem a avaliação dos seus impactos prováveis sobre as economias de outros países (CARBAUGH, 2004).

¹⁰ Vide Wikipédia em http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio_internacional

De forma a prever os padrões de comércio e analisar os efeitos das suas políticas, como as barreiras tarifárias, por exemplo, o Comércio internacional, congrega vários modelos diferentes e um dos modelos mais ligados ao Comércio Internacional é o modelo ricardiano que enfatiza as vantagens comparativas e é talvez uma das premissas e o mais importante dos conceitos de teoria de comércio internacional. Segundo KRUGMAN & OBSFIELD (2001), neste modelo os países se especializam naquilo que melhor produzem relativamente. Diferentemente de outros modelos, o ricardiano prevê que os países se especializarão em poucos, no lugar de produzir um grande número de bens e o modelo não considera directamente as características naturais de um país, como disponibilidade relativa de mão-de-obra e de capital, incluindo apenas o factor trabalho.

2.1.1 Benefícios do Comércio Internacional

Para KRUGMAN & OBSFIELD (2001), existem duas formas de provar que o comércio internacional é benéfico para um país. Uma, é o facto dele constituir um método indirecto de produção e outra é por constituir um meio de elevação as possibilidades de consumo de um país conduzindo a ganhos de comércio. Portanto, as vantagens do comércio internacional correspondem à elevação potencial no rendimento e no consumo proporcionado pelo comércio livre. Ainda de acordo com KRUGMAN & OBSFIELD (2001), a Lei da Vantagem Comparativa enunciada por David Ricardo na sua obra *The Principles of Political Economy and Taxation*, realça que os países envolvidos podem beneficiar do comércio internacional através da especialização na produção dos bens em que são relativamente mais eficientes. Contudo, do ponto de vista microeconómico, o ganho de comércio pode ser medido como a soma do excedente do consumidor, que é a diferença entre o que este estaria disposto a pagar por determinada quantidade do bem e o que efectivamente paga e o excedente do produtor, que é o seu lucro económico.

2.2 Globalização e Blocos Económicos

A globalização é um processo secular que surge desde os primórdios da humanidade, em que os Homens sentiam necessidade de se comunicar e se informar, transaccionar, entre outras acções. Segundo SHILLING (2002), o ponto central do processo de globalização é a integração dos mercados numa economia global, explorada pelas grandes corporações internacionais, onde os

países progressivamente abandonam as barreiras tarifárias para proteger a sua produção da concorrência estrangeira e em simultâneo, abrem-se ao comércio e ao capital internacional. SHILLING (2002) realça que este processo vem sendo facilitado pela incontornável revolução das tecnologias de informação e comunicação e mobilidade de capitais, fazendo com que os efeitos da globalização ultrapassem questões económicas e transbordem aos políticos e sócio-culturais dando azo a uma certa unicidade política e cultural entre os povos e nações.

De acordo com a teoria económica, segundo MAGNOLI (1997), a formação de blocos regionais de livre comércio traz em simultâneo, duas consequências como, os fluxos comerciais direccionados, em função da atracção exercida pela remoção de barreiras alfandegárias e a criação de novos fluxos comerciais, à medida em que a retirada de barreiras alfandegárias estimula a importação de mercadorias a custos mais baixos. MAGNOLI (1997) considera que o primeiro fenómeno actua contra a tendência à globalização e o segundo actua a favor.

Este processo de integração global vem gerando novas dinâmicas que favorecem intercâmbios e investimentos entre países, a expansão das transnacionais, como reflexo das políticas económicas neo-liberais que segundo MAGNOLI (1997) têm suplantado as estratégias proteccionistas, de modo que os países integrantes de blocos regionais preferem reduzir também as tarifas impostas a mercadorias importadas de fora do seu bloco. Realçam o avanço do movimento liberalizante, os acordos multilaterais no contexto do GATT, os acordos entre SADC/UE e as regras da OMC.

O autor prossegue considerando a Bacia do Pacífico, uma ilustração ainda melhor do papel dos blocos regionais na edificação dos alicerces para a globalização. Ele destaca ainda a Singapura e Hong-Kong como exemplos de Cidades-Estado internacionalizadas, servindo de pontes entre a economia mundial e a macro-região da Ásia. Portanto, a regionalização constitui o núcleo da estrutura orgânica da economia global cuja solidez resulta da expansão dos blocos económicos regionais e sua consolidação.

2.2.1 Integração Económica

A Integração Económica¹¹ é um tipo de relação económica internacional que consiste numa união de diversos países que procuram retirar vantagens da criação de um mercado de maior dimensão

¹¹ Vide Dicionários Temáticos em http://www.notapositiva.com/dicionario_gestao/integracao_economica.htm

constituído pela soma dos mercados nacionais de cada país. São exemplos de integração económica a Zona de Comércio Livre¹², União Aduaneira¹³ e União Económica¹⁴.

A Integração Económica foi descrita teoricamente por BALASSA (1980), por meio da sua teoria segundo a qual, à medida em que a integração económica progride, diminuem as barreiras comerciais mantidas entre os mercados participantes e normalmente esta integração costuma a preceder a integração política. Ele considerava que os mercados comuns supranacionais, com seu livre movimento transfronteiriço de factores económicos, geravam naturalmente uma demanda por mais integração, não apenas económica (por meio duma união monetária) mas também política, tendo concluído que com o tempo, as comunidades económicas evoluem naturalmente para uniões políticas. Ainda segundo BALASSA (1980), os processos de integração económica distinguem-se em cinco modelos: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união económica e integração económica total.

MORE (1998)¹⁵, descreve os cinco modelos de integração da seguinte forma:

Uma zona de livre comércio resulta da abolição de direitos aduaneiros, de restrições quantitativas de mercadorias entre os países participantes e de uma política externa própria. As linhas mais relevantes deste modelo são as regras de origem em relação aos produtos dos países signatários do acordo de união. A união aduaneira pode ser entendida como uma zona de livre comércio em que os Estados negociam uma pauta externa comum. Prosseguindo neste gradualismo, constata-se que o mercado comum é a forma mais elevada de integração económica em relação às demais,

¹² Uma Zona de Comércio Livre é um tipo de integração económica em que os países membros abolem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, suprimindo os impostos sobre as importações de bens provenientes dos países parceiros. Contudo, cada país mantém a sua própria pauta aduaneira e as suas políticas comerciais para com terceiros países. (vide em http://www.notapositiva.com/dicionario_gestao/zona_comercio_livre.htm).

¹³ Uma União Aduaneira é uma forma de integração económica em que se verifica uma livre circulação de bens entre os países membros e, simultaneamente uma pauta aduaneira comum para com países terceiros. Vide em (http://www.notapositiva.com/dicionario_gestao/uniao_aduaneira.htm)

¹⁴ Uma união económica e monetária é um mercado comum dotado de uma moeda única. Não deve ser confundida com uma simples união monetária (como o franco CFA), que não envolve um mercado comum. Vide em http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Econ%C3%B3mica_e_Monet%C3%A1ria

¹⁵ Rodrigo Fernandes More é advogado, professor em São Paulo, mestre e doutor em direito internacional pela Universidade de São Paulo. Vide Integração Económica Internacional em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3307>

pois visa à abolição das restrições comerciais e dos entraves aos livres movimentos de factores produtivos. A união económica, por sua vez, é tida como um mercado fundado numa política económica comum, voltada para a formação de um espaço com maior coesão económica e política. Finalmente a integração económica total é apresentada como a reunião de todos os factores dos modelos anteriores, aliados à unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais, bem como ao estabelecimento de instituições supranacionais, cujas decisões são vinculantes a todos os Estados membros (MORE, 1998).

Mas a questão reside na forma como essa integração pode surtir os efeitos pretendidos para os Estados membros e, nesta óptica MURAPA (2002)¹⁶ defende que os benefícios da integração económica podem ser fundamentalmente alcançados através da utilização das vantagens comparativas dos Estados membros.

2.3 Produtividade, Competitividade e Tecnologia

2.3.1 Produtividade

O conceito de produtividade definido no Dicionário Económico considera-na como a relação entre o produto obtido e os insumos empregues medidos em termos reais; Por um lado, a produtividade mede a frequência do trabalho humano em distintas circunstâncias; e por outro, calcula a eficiência com que se empregam na produção os recursos de capital e de mão-de-obra. A produtividade é basicamente definida como a relação entre os *outputs* e os *inputs* integrados no processo de criação de um bem ou serviço.

Na melhoria da produtividade deve-se evoluir a partir de um valor de base para se poder comparar os resultados. A produtividade total dos recursos é medida em termos financeiros onde é calculado o resultado obtido por unidade monetária gasta nos diversos recursos. O grau de produtividade de um agente económico (pessoa, empresa, país, etc.) é, regra geral, um dos melhores indicadores para a medição do nível de eficiência e eficácia do mesmo. No ambiente agrícola, a produtividade é definida como a quantidade de produção por unidade de área.¹⁷

¹⁶ RUKUDZO MURAPA é Vice-chanceler da Africa University (Zimbabwe), consultor do PNUD, Banco Mundial e outras agências internacionais

¹⁷ Vide Wikipédia em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Produtividade>

Assim, uma produtividade elevada na economia tem uma relação directa com a sua competitividade.

Numa outra análise, CARBAUGH (2004), concluiu que um objectivo económico fundamental de um país consiste em gerar um padrão de vida alto e em elevação para seus habitantes e o cumprimento dessa meta não depende da noção vaga de manter a competitividade nacional, mas de obter uma produtividade elevada de seus recursos empregues. O autor, considera que a produtividade é ao longo do tempo, um determinante importante do padrão de vida de uma nação por esta ser a base da renda *per capita* interna e assume que o Comércio Internacional permite que uma nação aumente a produtividade ao eliminar a necessidade de produzir todos os bens e serviços dentro do próprio país. Este enfoque de CARBAUGH (2004), responde pela presunção de uma economia se especializar na produção do bem ou serviço no qual leva vantagem comparativamente aos seus concorrentes de modo a obter os ganhos de especialização e de comércio.

2.3.2 Competitividade

MARTIN & MAUCH (2006) sustentam que para manter ou conservar condições competitivas, as firmas e os governos passaram a assumir a necessidade de reestruturação produtiva e organizacional, através de redefinição de estratégias, de desenvolvimento de novos mercados, entre outros recursos, os quais exigem um grande esforço de adaptação e, embora a competitividade seja um termo comum nas análises e nos discursos actuais, ainda não há um consenso sobre os objectos que a definem, sabendo apenas que a competitividade está directamente associada à capacidade de enfrentar a concorrência.

Para KRUGMAN & OBSTFELD (2001), a vantagem competitiva de uma indústria está ligada à sua produtividade relativa à indústria estrangeira e também do salário local relativo ao salário estrangeiro. O salário de um país por sua vez depende das produtividades relativas de suas outras indústrias, o que doutra forma é corroborado por CARBAUGH (2004) ao considerar que a vantagem comparativa desenvolvida pelos fabricantes de um produto específico pode desaparecer ao longo do tempo quando o crescimento da produtividade se tornar menor que a de seus concorrentes estrangeiros. O autor toma como exemplo a era posterior à Segunda Guerra Mundial,

onde muitas produtoras de aço dos Estados Unidos fabricavam aço em fábricas antigas nas quais os aumentos de produtividade eram inferiores àqueles dos fabricantes estrangeiros.

A competitividade da economia, complementa a sua diversificação, com a aplicação de ganhos resultantes do comércio e KRUGMAN & OBSTFELD (2001), assumem duas formas de demonstrar o benefício que um país adquire com o comércio, que são os métodos indirecto e directo. Pelo método indirecto de produção, em que, em vez de se produzir um bem para o consumo doméstico, o país pode produzir outro bem e comercializá-lo pelo bem desejado. Os autores consideram que esse modelo simples mostra que sempre que um bem é importado, deve ser verdade que essa “produção” indirecta requer menos trabalho que a produção directa, mostrando que o comércio aumenta as possibilidades de consumo de um país, levando a ganhos de comércio.

2.3.3 Tecnologia

A dinâmica económica da agro-indústria sugere a necessidade dum ritmo contínuo de modernização da agricultura, sobretudo por esta constituir o elo principal do agro-negócio. A aposta em actividades de P&D e inovação é um vector de transmissão de competitividade no agro-negócio, através do aumento dos níveis de produção, produtividade e qualidade bem como na geração de novas dinâmicas e ligações económicas, novos processos, novos produtos e maior demanda por produtos manufacturados, com o conseqüente alargamento do mercado. Assim, os agricultores e agro-industriais investirão intensivamente, atraídos pela demanda resultante do alargamento do mercado. Para este ponto de discussão, FURTADO & SUZIGAN (2006) recorrem à visão shumpeteriana, segundo a qual, ocorre uma evolução conjunta de tecnologias, de estruturas de empresas, indústrias e de instituições no sentido lato incluindo instituições de apoio à indústria, infra-estruturas, normas e regulamentações tendo a inovação como principal dinamizador.

[“...neste enfoque a PI é activa e abrangente, direccionada a sectores ou actividades industriais indutores de mudança tecnológica e também ao ambiente económico e institucional como um todo, que condiciona a evolução das estruturas de empresas e indústrias e da organização institucional, inclusive a formação de um sistema nacional de inovação...”] (FURTADO & SUZIGAN, 2006). Mas NALI DE SOUSA (1993), refere que o elemento fundamental é o investimento, tanto em capital físico como em capital humano e em capacitação tecnológica pois,

investimentos em sectores que aumentem a eficiência dos factores produtivos ou que facilitem a expansão da produção nacional, geram efeitos diferenciados sobre a economia, exemplificando como reflexo do processo de inovação, os gastos em pesquisas tecnológicas, que resultam em novos produtos, novos processos mais eficientes, novos materiais, facilidades de ligações entre pontos diferenciados que elevam o bem-estar e a eficiência.

Como tem sido referenciado no presente estudo, a competitividade e sustentabilidade do agrogénio residem fundamentalmente na eficiência tecnológica. Assim, a tecnologia deve ser incorporada na função de produção para a busca da eficiência produtiva, pois ela estimula a produtividade dos factores empregues. Segundo TODARO (2000), SOLOW¹⁸ (1956), baseia o seu modelo de crescimento económico na formulação de HARROD-DOMAR (1960) adicionando-lhe um segundo factor, o trabalho e, introduzindo a terceira variável independente correspondente à tecnologia. Contudo esta teoria já foi alvo de muitas críticas dos defensores da teoria de crescimento endógeno, por considerar a variável correspondente à tecnologia, externa ao modelo. De forma a não desviar o objectivo do estudo não serão apresentadas no trabalho a abordagem das correntes críticas ao modelo de crescimento de SOLOW (1956). Mesmo assim, é inegável que a tecnologia requererá um capital humano à altura das suas exigências e NALI DE SOUSA (1993), realça que o investimento tanto em capital físico como humano e capacitação tecnológica, torna-se fundamental e a aposta em sectores que aumentem a eficiência dos factores produtivos ou que facilitem a expansão da produção nacional, produzem efeitos diferenciados sobre toda a economia. O autor toma como referência o caso de gastos em P&D, que resultam em novos produtos, novos processos mais eficientes, novos materiais, facilidades de ligações entre pontos diferenciados que elevam o bem-estar e a eficiência com custos reduzidos.

¹⁸ O modelo de crescimento neo-clássico de Solow, é representado analiticamente através da equação $Y = Ae^{at}K^\alpha L^{1-\alpha}$ onde Y é o Produto Interno Bruto, A é a constante que reflecte o nível da base tecnológica, o e^{at} reflecte a taxa da constante exógena em que a tecnologia se desenvolve no período de tempo t , K o stock de capital físico e humano, L é o trabalho não qualificado e α representa a elasticidade do produto com respeito ao capital, isto é a percentagem do aumento do produto em cada aumento de 1% do capital físico e capital humano.

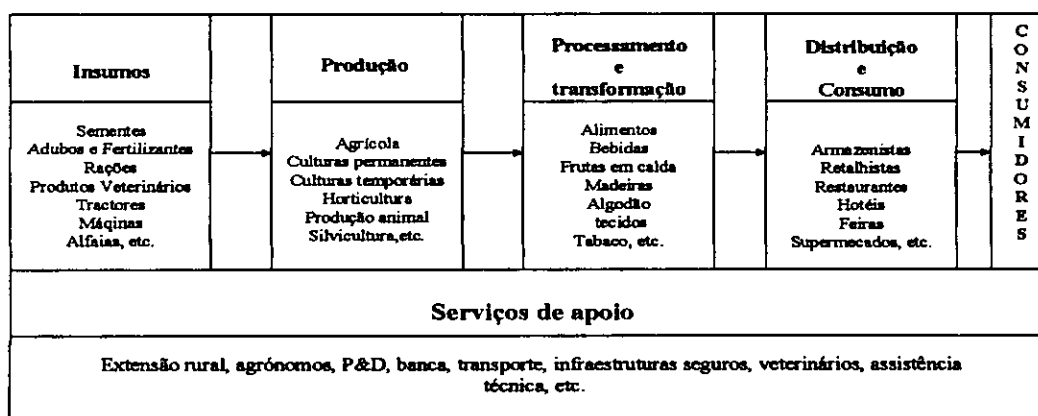
2.4 Agro-indústria e a Cadeia de Produto e de Valor

2.4.1 Agro-indústria

As abordagens sobre agro-indústria propostas pela literatura são bastante vastas. Numa abordagem genérica, a agro-indústria pode ser tomada como o conjunto de acções produtivas complementares que actuam numa cadeia, ligando à montante e à jusante um processo de transformação industrial de produtos primários.

Este conceito pode ser traduzido através do modelo de agro-negócio que se segue:

Figura 1: Estrutura de uma cadeia produtiva agro-industrial



Fonte: Adaptado de Maria Gomes de Castro, 2000
acessível na internet pelo sítio www.suframa.gov.br/download/publicacoes/accp.pdf

LAUSCHNER (1995) citado por PARRÉ, L.J.¹⁹ et al. (2002) define a agro-indústria de dois modos:

Em *sentido amplo*, é a unidade produtiva que transforma o produto agro-pecuário natural ou manufacturado para a sua utilização intermédia ou final;

Em *sentido restrito*, é a unidade produtiva que transforma para utilização intermédia ou final o produto agro-pecuário e seus subprodutos não manufacturados, com aquisição directa do produtor rural de um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados.

¹⁹ PARRÉ, J.L. et al. (2002). "Desempenho do sector agro-industrial da região sul do Brasil". Vide em <http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Parre.pdf>

Estes autores, argumentam que essa separação feita por LAUSCHNER (1995) entre agro-indústria ampla e restrita leva ao mesmo problema discutido por HOFFMANN et al. (1985), ou seja, na prática a definição de agro-indústria em sentido restrito proposta por LAUSCHNER (1995) sofre o impacto dos preços relativos e pode não reflectir a real importância da matéria-prima agrícola dentro do processo produtivo da agro-indústria.

Mas, a definição em sentido amplo, descarta o segmento agro-industrial de produção de insumos, alfaias agrícolas, instrumentos, etc., dando ênfase ao processo de produção e transformação. Mas CASTEL-BRANCO (2002) enfatiza que “o desenvolvimento da agro-indústria não pode ser focado apenas na etapa da transformação industrial”. Prossegue frisando que “a agro-indústria é uma cadeia de processos, produtos, serviços e relações laborais”, deixando implícito o conceito de cadeia de valor.

Uma Cadeia de Produção Agro-industrial é uma sucessão de operações de transformação (comercialização, industrialização e produção de matérias-primas) dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico.²⁰

“A agro-indústria tem que ser vista de uma forma ofensiva e estratégica dentro da cadeia de produtos, processos, serviços e relações laborais. O papel, oportunidades, incentivos e forma que a agro-indústria toma, dependem dessa cadeia. Portanto, a agro-indústria não é nem isolada nem um momento pontual e esporádico. Isto levanta uma outra questão: a competitividade da agro-indústria é determinada não só pela eficiência interna das fábricas de processamento, mas sobretudo pela eficiência da cadeia como um todo. Portanto, quer as políticas e estratégias públicas, quer as estratégias e competências empresariais e de outras instituições do mercado (ou de fora do mercado), têm que ser concebidas nesta óptica de ligação dentro de uma cadeia” (CASTEL-BRANCO, 2002b).

Portanto, uma cadeia produtiva compreende o conjunto de agentes económicos e as relações que se estabelecem para responder à demanda de um determinado produto no mercado, que tenha uma linha de produção agro-pecuária ou florestal. Envolve, ainda, os sectores que se encontram à montante (fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos) e os sectores à jusante

²⁰ Vide Agroline em <http://www.agronline.com.br/artigos/>

(processamento e comercialização), além de todo o aparato tecnológico e institucional (jurídico-legal, normativo, regulador, entre outros).

2.4.2 Cadeia de Produto e de Valor

De acordo com um estudo do IPECE (2004), uma só firma pode agregar todas as actividades necessárias para realizar a produção e a distribuição de um produto, de maneira verticalizada. Todavia, esse procedimento não é viável pelos custos fixos organizacionais e administrativos proibitivos para uma só empresa realizar esse investimento. Assim se explica a necessidade do surgimento de uma cadeia produtiva em forma horizontal para a resposta a essa complexidade de tarefas. Essa cadeia produtiva horizontal é composta por firmas e sectores distintos, na natureza do produto e no controlo do capital. Entretanto, uma cadeia produtiva indica uma sucessão de elos de actividades encarregues de transformar uma determinada matéria-prima, ou matérias-primas, e insumos num determinado produto e fazer com que o mesmo atinja o seu mercado consumidor final, tal como se apresenta a no esquema representado no Anexo-2.

PORTER (1998) assume que a CPV resulta da criação de concentrações geográficas de empresas de determinados sectores de actividade e companhias relacionadas, designadas *clusters* (aglomerados). Para o autor, os *clusters* têm papel crucial na capacidade de inovação das empresas e incluem os fornecedores de insumos especiais como componentes, máquinas, serviços, ou provedores de infra-estruturas especializadas, canais de distribuição e clientes e marginalmente em direcção aos fabricantes de bens complementares e empresas de sectores afins e, muitos *clusters* incluem ainda instituições governamentais, universidades, entidades normativas e associações comerciais. Ainda de acordo com PORTER (1998), a sua importância reside no facto de a concorrência moderna depender da produtividade e não do acesso a insumos ou economias de escala de empreendimentos isolados. Para o autor, os *clusters* têm papel crucial na capacidade de inovação das empresas e tornam-nas mais produtivas na compra de insumos, contratação de mão-de-obra e no acesso à tecnologia. Por outro lado, uma concentração de clientes em *clusters* reduz os riscos aos fornecedores e facilita a descoberta de oportunidades.

2.5 Vantagem Comparativa e Vantagem Competitiva

2.5.1 Vantagem Comparativa

O conceito de Vantagem Comparativa é da autoria do economista DAVID RICARDO que defende a especialização das nações na produção de bens em que detêm vantagens específicas comparativamente aos seus concorrentes. É este conceito que explica as vantagens económicas da eliminação das barreiras ao comércio internacional.

Vários autores como Olhin, Mill e outros, cujas obras abordam a problemática do comércio internacional como elemento vantajoso para uma economia, têm como base as teorias de vantagens absolutas de Smith das vantagens comparativas de Ricardo. Eles criticam e enriquecem estes modelos, no sentido de os aproximarem para situações realísticas, pois tais teorias nem sempre se mostram funcionais, dependendo de cada realidade. O certo é que todas elas gravitam em torno da problemática da especialização e ganhos com o comércio.

A teoria moderna de comércio internacional defende que se na ausência de comércio, os custos comparativos (preços) de dois produtos diferem entre as nações, ambas podem beneficiar-se com o comércio internacional. Os ganhos com o comércio resultam de níveis de produção e consumo maiores resultantes da divisão do trabalho e da especialização internacional (CARBAUGH, 2004). Na sua abordagem teórica, segundo CARBAUGH (2004), Adam Smith realçou que o comércio mutuamente vantajoso exige que cada nação seja produtora de menor custo de pelo menos um bem que ela pode exportar ao seu parceiro comercial. Para CARBAUGH (2004), esta teoria que na lógica parece fazer sentido, apresenta algumas lacunas, que levaram David Ricardo a desenvolver um princípio para demonstrar que o comércio mutuamente benéfico pode ocorrer mesmo quando uma nação é totalmente mais eficiente na produção de todos os bens.

Tal como Smith, de acordo com CARBAUGH (2004), Ricardo destacava o lado da oferta de mercado, onde a base imediata para o comércio resultava das diferenças de custo entre as nações, explicadas pelas suas vantagens naturais e adquiridas. Enquanto Smith enfatizou a importância das diferenças de custo absolutas entre as nações, Ricardo ressaltou as diferenças de custo comparativas ou relativas, dando lugar à teoria designada por princípio da vantagem comparativa. Mas a abordagem sobre vantagens comparativas, incorpora o conceito sobre as vantagens absolutas de Smith.

O surgimento de vantagens comparativas de uma economia relativamente às outras espelha um conjunto de factores que concorrem para a competitividade de um produto específico no contexto do comércio internacional. O modelo ricardiano é extremamente útil, embora não tenha levado em conta a diferença de recursos entre países como uma das causas do comércio vantajoso, tendo enfatizado o progresso técnico, como reflexo da modernização de equipamentos, dotando as firmas de maior produtividade. Por outro lado, KRUGMAN & OBSTFELD (2000) são críticos quanto à visão de que sempre o comércio bem sucedido constitui resultado de vantagens comparativas, ressaltando que pode também ser resultado de economias de escala. Para estes autores, as economias de escala dão aos países o incentivo de se especializarem e comercializarem, mesmo não havendo diferenças entre os países no que respeita aos seus recursos e sua tecnologia. As economias de escala, podem ser internas, no âmbito da firma ou externas no âmbito da indústria agregada.

Embora KRUGMAN & OBSTFELD (2001) considerem o facto de algumas projecções impostas pelo modelo ricardiano serem irrealistas, a sua previsão básica, de que os países tendem a exportar os bens em que têm produtividade relativamente alta, em muitos casos são confirmados e enaltecidos por um grande número de estudos.

2.5.2 Vantagem Competitiva

A literatura sobre competitividade internacional realça a importância da inovação e de acordo com PORTER (1993), torna-se crucial entender o papel de cada país nesse processo de inovação. O autor inspira-se nas teorias institucionalistas ao realçar a importância de propiciar um ambiente interno favorável à inovação, de modo a proporcionar um crescimento económico sustentável, e assume um conceito abrangente de tecnologia, incluindo a capacidade de aderência do produto a padrões técnicos, culturais e ambientais adoptados no mercado internacional. O conhecimento necessário para agregar valor ao produto ou serviço envolve um conjunto de tecnologias no sentido lato da palavra, incluindo estratégias empresariais e acesso a informações económicas, comerciais e legais, além de conhecimento tecnológico para inovar e adequar produtos e processos às exigências do mercado.

A Vantagem Competitiva pode ser analisada sob ponto de vista micro-organizacional e é um conceito desenvolvido por MICHAEL PORTER (1991) procurando mostrar a forma como a estratégia escolhida e seguida por uma organização pode determinar e sustentar o seu sucesso competitivo. PORTER (1998) assume que existem três tipos de estratégias genéricas que uma organização pode seguir:

- **Liderança nos custos:** Segundo esta estratégia a organização procura ser o produtor com menores custos em todo o sector. O seu âmbito de actuação é alargado, procurando chegar a diversos segmentos em simultâneo, geralmente com um produto padronizado e sem grande aposta nos serviços não essenciais como a embalagem, o projecto, a publicidade, etc. As fontes de vantagens de custo, embora variáveis de sector para sector, são geralmente as economias de escala e de experiência, o aproveitamento de sinergias comerciais ou tecnológicas, a tecnologia patenteada, a localização e facilidade de acesso aos factores produtivos e aos mercados dos clientes, entre outros.

- **Diferenciação:** Optando pela estratégia da diferenciação, a organização deve procurar ser única no seu sector no que respeita a algumas áreas do produto/serviço mais valorizadas pelos consumidores. Dependendo do sector em que a organização actua, estas áreas poderão ser as características do próprio produto, o projecto utilizado, os prazos de entrega, as garantias, as condições de pagamento, a imagem, a variedade e qualidade dos serviços associados, a inovação, a proximidade em relação aos clientes, entre outras. Esta estratégia permite à organização praticar um preço superior ou obter uma maior lealdade dos consumidores.

- **Enfoque:** Através da estratégia de enfoque, a organização procura obter uma vantagem competitiva num segmento ou num grupo de segmentos de mercado pelos quais optou, excluindo os restantes segmentos. A estratégia de enfoque pode ser dividida em enfoque no custo (quando a organização procura uma vantagem de custo no seu segmento alvo) e em enfoque na diferenciação (quando a organização procura a diferenciação no seu segmento alvo). A questão base desta estratégia é a selecção de segmentos específicos de mercado onde a concorrência tenha dificuldade em satisfazer eficazmente as necessidades dos consumidores.

PORTER (1998) descreve ainda o instrumento básico para diagnosticar a vantagem competitiva e para encontrar formas de intensificá-la. Através da cadeia de valor, a organização é dividida nas suas actividades básicas (P&D, produção, comercialização e serviço) o que facilita a identificação das fontes de vantagem competitiva.

Mas uma experiência relevante tem a ver com a adopção de cadeias produtivas a partir das quais uma economia pode tomar vantagens comparativas e competitivas em relação às outras economias ou mercados. Esta abordagem é corroborada por CARBAUGH (2004), quando assume que a lei da vantagem comparativa defende que com o comércio, cada país constatará ser favorável à especialização na produção do bem para o qual possui vantagens e trocará parte dessa produção pelo bem para o qual apresentar desvantagem.

Portanto, as vantagens, tanto comparativas como competitivas, resultam de avaliações e de medições e para o efeito, existem várias maneiras de medir e analisá-las e uma delas é através dos indicadores económicos. Segundo IPEA (1998) a análise e medição da competitividade e das vantagens comparativas permitem a discussão das consequências do processo de integração económica sobre o agro-negócio, como o grau de complementaridade e de competição entre os países que compõem um bloco económico.

“Em uma economia globalizada, muitas vantagens competitivas dependem de factores locais; por isso ganham importância as concentrações geográficas de empresas” (PORTER, 1998).

2.6 Ambiente Institucional

O ambiente institucional é um cenário que contempla um conjunto de actores de um determinado território (Estado, municípios, empresariado, associações de interesses, sindicatos, universidades, centros de pesquisa entre outros) bem como as regras e normas que regem a conduta local. Essas regras e normas podem ser tanto informais como são os casos das normas consuetudinárias, ou formais, das quais se realçam as políticas públicas que são relevantes para a competitividade económica, seja ela relativa a uma empresa ou a uma região como um todo.

CRISTOVÁN²¹ (2005) define as políticas públicas como o conjunto de planos e programas de acção governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as

²¹ José Sérgio da Silva Cristóvam é advogado militante na Seara do Direito Público, sócio do escritório Cristóvam & Tavares Advogados Associados S/C, especialista em Direito Administrativo pelo CESUSC, mestre em Direito pela UFSC, professor da graduação e da pós-graduação em Direito da UNIDAVI, professor em cursos preparatórios para concursos públicos, assessor jurídico de Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores no Estado de Santa Catarina, advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (SINTE/SC)

directrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objectivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Esta definição não se refere explicitamente às políticas públicas sob ponto de vista económico, limitando-se apenas às políticas públicas como instrumento para intervenção no domínio social.

Entretanto, AMATO NETO (1999) citado por RODRIGUES²², *at. al.* (-), define políticas públicas como o conjunto de acções públicas orientadas a direccionar e controlar o processo de transformação estrutural de uma economia. Assume-se com esta definição que a componente económica criará premissas para melhor intervenção do Estado no domínio social.

As políticas públicas, devem servir de instrumento que permita a aceleração da integração através da facilitação de mecanismos para as acções produtivas, pois com a globalização diluem-se as fronteiras nacionais e os governos não têm sido capazes de travar os movimentos do capital internacional, fazendo com que o seu controlo sobre a política económica interna seja limitada.

Entretanto, os mecanismos para acções produtivas podem ser diversos, como a criação do ambiente atraente ao investimento, através da disponibilização de uma carteira de incentivos aos potenciais investidores como, por exemplo, um Código de Benefícios Fiscais²³, ou a estratégia de diferenciação do produto através do direito ao uso do Certificado de Origem.

A diferenciação através do Certificado de Origem implica a inclusão de atributos que sejam valorizados pelo consumidor, passando a ser uma forma de agregar valor a um produto, diferenciando-o dos seus similares. Deste modo, os chamados produtos típicos se apresentam como uma forma de diferenciação, uma vez que associam ao produto características de qualidade que se relacionam com a região da qual provêm (PORTER, 1998).

Um produto típico, que pode ser de origem agrícola ou pecuária, articula três conceitos básicos: diferenciação, qualidade e território. Com relação à diferenciação, no caso de produtos primários ela pode estar ligada, por exemplo, à forma de cultivo e a características do solo ou do clima. Já

²² Prof. Dra. Andréia Marize Rodrigues do Departamento de Administração - Faculdades Integradas Curitiba-FIC-PR

²³ Em Moçambique o Código de Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto 16/2002, define no seu Artº 2, os Benefícios Fiscais do seguinte modo:

1. Consideram-se benefícios fiscais as medidas fiscais que impliquem uma redução do montante a pagar dos impostos em vigor com o fim de favorecer actividades de reconhecido interesse público, social ou cultural, bem como incentivar o desenvolvimento económico do País.
2. São benefícios fiscais, os incentivos fiscais e aduaneiros nomeadamente: as deduções à matéria colectável, as deduções à colecta, as amortizações e reintegrações aceleradas, o crédito fiscal, a isenção de taxas de impostos e contribuições, o diferimento do pagamento de impostos e outras medidas fiscais de carácter excepcional.
3. Os benefícios fiscais são considerados despesas fiscais e, para a sua determinação e controle, será exigida declaração apropriada dos benefícios usufruídos em cada exercício fiscal.

no caso dos produtos processados, a diferenciação está ligada ao método de elaboração, mesmo que a matéria-prima seja proveniente de outro local ou região. A diferenciação pode também estar associada a uma inovação de embalagem, de método de fabricação, de preço, entre outros e esta diferenciação deve ser acompanhada de uma estratégia de comunicação e de divulgação junto ao consumidor, como forma de facilitar sua percepção e valorização (PORTER, 1991).

CAPÍTULO – III

A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA SADC

Este capítulo tem como objectivo elucidar sobre o panorama político e económico prevaiente na região da SADC e discutir o comportamento económico dos Estados, bem como do volume do comércio, de produtos agrícolas, pecuários e seus derivados incluindo alimentos, bebidas e tabaco entre os Estados membros do bloco e o mundo, identificando as vantagens comparativas e competitivas da região.

3.1 Antecedentes

O processo de descolonização que marcou o continente africano nas décadas de 1960 e 1970 foi marcado por revoltas políticas, propiciando a rápida descolonização e independência em muitos países do continente. No entanto, na África do Sul, um país onde a questão não era a descolonização mas a vigência de um regime segregacionista, houve enorme resistência à luta pela mudança do sistema, tendo essa luta assumido uma estratégia diferente que passava por negociações, sanções e luta armada. Como corolário dessas lutas, a então Organização de Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), decidiu estabelecer um Comité de Libertação, com sede em Dar-Es-Salaam na Tanzânia e, de acordo com MURAPA²⁴ (2002), no cumprimento de suas responsabilidades o governo da Tanzânia reuniu os Estados, que passaram a tomar a designação de Estados da Linha de Frente (países vizinhos aos locais onde havia resistência), assumindo a responsabilidade de mobilizar o apoio internacional para movimentos de libertação de Moçambique, Zimbabwe, Angola, Namíbia e África do Sul. Com a independência de Moçambique, Angola e Zimbabwe, fortemente dependentes economicamente da África do Sul (sobretudo Moçambique), aliada à necessidade de implementar medidas como o isolamento económico e político de forma a colocar pressão sobre o regime sul-africano, a liderança dos Estados da Linha da Frente priorizou questões económicas na região. Ainda de acordo com o autor, o presidente Julius Nyerere, convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979, para discutir a ideia de uma aliança económica entre o crescente número de Estados da Linha da Frente, visando coordenar e harmonizar suas políticas económicas. Após uma extensiva

²⁴ RUKUDZO MURAPA é Vice-chanceler da Africa University (Zimbabwe), consultor do PNUD, Banco Mundial e outras agências internacionais

deliberação sobre a visão de Nyerere, resolveu-se explorar a possibilidade de criar alguma forma de mecanismo regional que examinasse, monitorizasse e coordenasse questões de desenvolvimento económico nos países independentes da África Austral. Esse mecanismo transformou-se em Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC - *Southern African Development Coordinating Conference*). Portanto, a SADCC foi oficialmente formada em 1 de Abril de 1980, seguindo a adopção do Protocolo de Lusaka, e passou a funcionar em Lusaka, capital da Zâmbia. Tornaram-se membros da SADCC Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, estruturada de maneira leve, privilegiando a construção e reabilitação de infra-estruturas, no que a região era extremamente dependente da África do Sul, e a coordenação de sectores. Assim, a SADCC tornou-se, no instrumento económico dos Estados membros, actuando em torno dos seguintes objectivos estratégicos:

1. Reduzir a dependência económica em relação à África do Sul particularmente e ao resto do mundo no geral;
2. Promover a autoconfiança colectiva dos Estados membros;
3. Promover e coordenar a cooperação económica por meio de um projecto e de uma abordagem orientada por sector;
4. Promover uma acção conjunta para garantir a percepção da Comunidade Internacional e seu apoio prático para a estratégia da SADCC.

Com o fim do sistema de segregação racial (*apartheid*) na África do Sul, em 1994, o papel da SADCC passou a dar enfoque às questões económicas e para o efeito, ela foi transformada em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral SADC, com o objectivo de desenvolver estratégias e políticas que dessem lugar ao surgimento de um bloco económico regional.

3.2 O panorama político e económico na região

A história política e económica contemporânea tem sido caracterizada pelo surgimento de blocos de países como estratégia de autodefesa, conquista de espaços estratégicos, mercados e desenvolvimento socio-económico. Assim,

A integração regional, é o movimento que visa estabelecer ligações entre um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, determinado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros sectores socio-económicos, com

a finalidade de criar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união aduaneira.²⁵

Actualmente, os países assumem a necessidade de integrar ou cooperar num ambiente regional sempre que tal iniciativa traga ganhos aos Estados integrantes. É neste contexto que a integração na SADC, à semelhança de outros blocos económicos, está sendo levada como base estratégica para a estabilidade política, desenvolvimento e sustentabilidade económicos. Mas a questão assenta na forma como a integração pode gerar oportunidades e benefícios aos Estados membros, como acontece na UE ou na ASEAN. E nesta óptica MURAPA (2002) enfatiza que os benefícios da integração económica podem ser fundamentalmente alcançados através da utilização das vantagens comparativas dos Estados membros.

Contudo, a conversão das vantagens comparativas em vantagens competitivas pode ser alcançada através da especialização e nesse aspecto, a África do Sul é distancia-se dos restantes países do bloco, pois possui uma economia mais forte e dinâmica. Os dados constantes na Tabela-1, determinam a hegemonia da economia sul-africana na região, com o seu PIB a situar-se de 2000 e 2005 entre os 402.4 e 520.9 mil milhões de dólares americanos.

Tabela-1: PIBpc dos países da SADC em mil milhões de dólares

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África do Sul	402.4	488.2	456.8	474.1	509.3	520.9
Angola	28.7	27.5	28	31.7	33.8	37.2
Botswana	11.5	13.3	14	15	17.6	21.9
Lesotho	4.1	5	4.3	4.6	4.7	6
Malawi	6.3	6	6.2	6.6	8.1	8.6
Maurícias	11.9	11.8	13.1	13.8	14.8	15.8
Moçambique	15.1	20.6	19.3	21	24	24.6
Madagáscar	13	13.3	12.2	13.7	15.5	17.2
Namíbia	11.3	12.8	12.3	12.4	14.9	15.4
RDC	36.9	35.8	33.7	-	39.4	41.1
Swazilândia	4.7	4.6	4.9	5.2	6.3	5.5
Tanzânia	17.6	18	20.4	22.3	25.4	28.5
Zâmbia	7.9	8	8.6	9.1	10.8	11.9
Zimbábwe	33.3	29.3	30.5	31.4	26.7	26.5

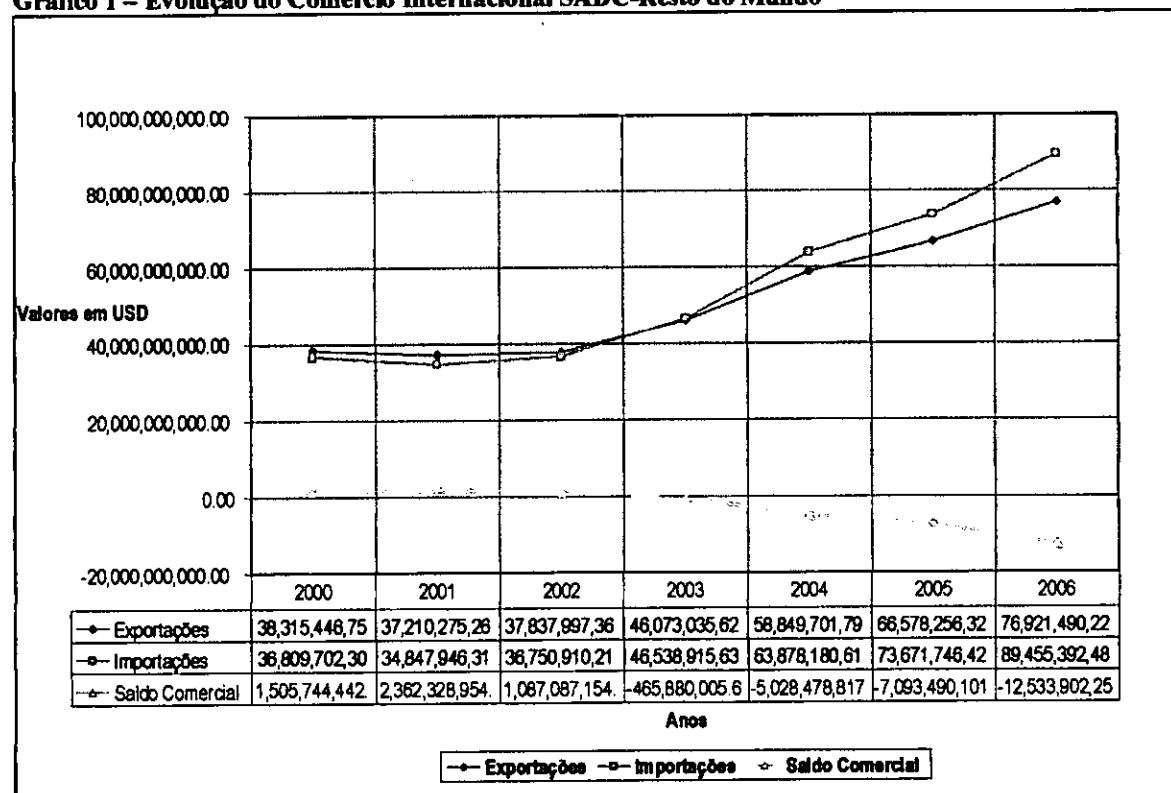
Fonte: RDH (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007)

²⁵ ACP Secretariat, 1997

Antes da implementação dos instrumentos que preconizam a criação do bloco, havia a expectativa de que a integração da África do Sul no bloco criasse uma maior dinâmica ao desenvolvimento acelerado da região. Mas, a economia sul-africana, bem como os seus investidores, apenas ajudaram a região a avolumar as taxas de crescimento e por conseguinte, conquistar maior destaque aos olhos do capital internacional. Actualmente, o Zimbabwe que se destacava economicamente, depois da África do Sul, é o país que constitui a referência negativa da região, estando a atravessar por uma crise económica sem precedentes de tal forma que ao ultrapassá-la poderia incrementar as perspectivas positivas do bloco.

A adesão ao processo de integração económica pelos Estados da SADC, a estabilidade política de quase todos os Estados, exceptuando o Zimbabwe e, a diversidade de recursos naturais que esses Estados comportam, tornaram a região num mercado mais atractivo ao comércio e ao investimento, de tal forma que a região viu as suas transacções e oportunidades de mercado a incrementarem. No **gráfico-1**, pode ser lida a tendência progressiva do comércio internacional no global entre a SADC e o Resto do Mundo durante o período em análise, através dos crescentes fluxos de exportação e importação.

Gráfico 1 – Evolução do Comércio Internacional SADC-Resto do Mundo

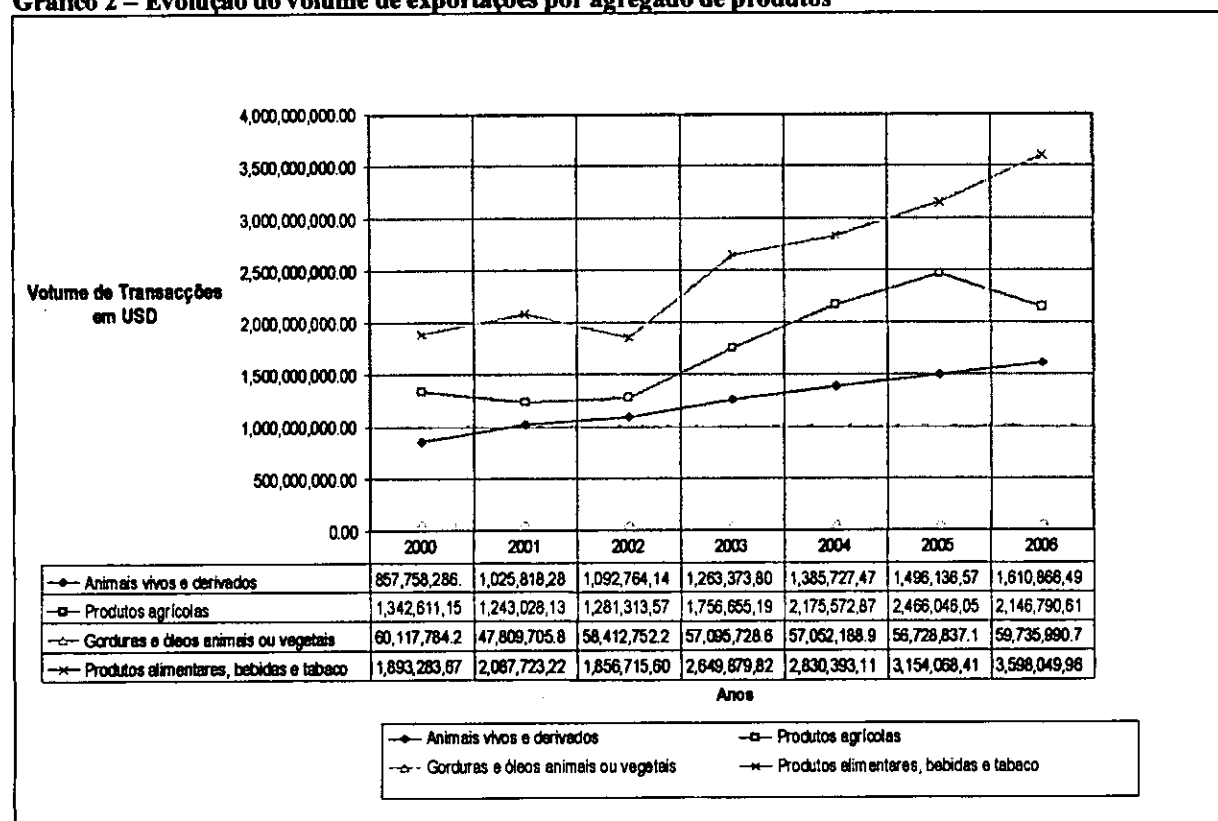


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

O maior contributo para as contas da região, a pertence à África do Sul conforme dados constantes na **tabela-2**, mas a taxa de cobertura regional vem se caracterizando por um declínio, com as importações a superarem progressivamente as exportações a partir de 2003, chegando a alcançar em 2006 o seu maior défice correspondente a 12,533,902,25 dólares americanos, o correspondente a uma variação negativa das exportações em 16.30%.

Embora de entre os agregados de produtos analisados, todos mereçam destaque, pelo incremento das transacções, os produtos alimentares, bebidas e tabaco, seguidos pelos produtos agrícolas, destacam-se por pertencerem aos agregados de produtos com maior peso nas transacções da SADC com o resto do mundo, conforme ilustra **gráfico-2**.

Gráfico 2 – Evolução do volume de exportações por agregado de produtos



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

Em termos individuais, o comércio do bloco é, ao longo do período em análise, dominado pela África do Sul, com maiores volumes de transações superando a sua participação em mais de 70% o valor das transações totais do bloco com o resto do mundo, tornando as taxas anuais de cobertura positivas como ilustram os dados no anexo-3. Nos fluxos de exportação e importação por agregados de produtos em análise, destaca-se ainda a África do Sul na liderança do comércio, igualmente com taxas de cobertura positivas, sendo o agregado de produtos agrícolas mais representativo. Ainda relativamente ao comércio entre a região da SADC e o resto do mundo, a tabela-2 ilustra que a África do Sul, é o que maior contributo, em termos gerais, oferece ao saldo comercial regional, ao nível dos produtos estudados, excedendo em mais de 30% o volume total das exportações dos restantes países, incluindo os que não foram seleccionados para o estudo.

Tabela-2: Percentagem da África do Sul nas exportações da SADC para o resto do mundo

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Volume total transaccionado	79.55	78.46	78.94	79.10	78.05	78.24	76.18
Animais vivos e derivados	38.83	35.55	38.19	39.72	37.92	33.46	30.56
Produtos agrícolas	65.93	68.96	77.31	74.10	70.78	76.31	73.58
Gorduras e óleos animais ou vegetais	71.27	75.71	65.67	70.05	64.37	70.51	62.15
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	64.22	57.14	62.66	55.02	55.78	57.62	53.22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

CAPÍTULO-IV

MOÇAMBIQUE E SUA DINÂMICA ECONÓMICA INTERNA

Este capítulo realça o estágio e o comportamento do agro-negócio comportamento aborda o enquadramento de Moçambique no comércio regional de produtos agrícolas, pecuários e seus derivados, assim como de produtos alimentares, bebidas e tabaco, de modo a determinar o grau de competitividade do país, no comércio destes agregados de produtos ao nível da região, recorrendo para o efeito, ao cálculo dos indicadores de competitividade.

4.1 O panorama económico

Em 1992 com o fim do conflito armado que vinha condicionando o desenvolvimento económico e social de Moçambique, durante cerca de 16 anos, assistiu-se a um galopante crescimento económico que segundo o RDH (2007), registou entre 1990 e 2005 taxas de crescimento positivas perfazendo uma média anual de 4.3%. Este cenário foi alcançado graças à combinação de vários factores, entre eles a estabilidade política e reformas económicas que credibilizaram a imagem do país, tendo dessa forma beneficiado diante de doadores internacionais e parceiros bilaterais do perdão e alívio da dívida pública externa, reestruturando substancialmente o ambiente interno de negócios e tornando a economia mais atractiva ao investimento e mais merecedora de confiança aos olhos dos parceiros internacionais na assistência e implementação de diversos programas socio-económicos, o que contribuiu para a reversão da tendência regressiva da economia que se registara desde meados da década de 1980 até princípios de 1990²⁶.

Apesar dos indicadores macro-económicos serem positivos, os índices de participação de Moçambique no comércio internacional, em média, não são satisfatórios e se encontram abaixo, comparativamente aos parceiros económicos directos da SADC, o que é enfatizado pelo RDH (2007), ao realçar nas suas estatísticas a taxa de exportação de produtos manufacturados por Moçambique situada em 7% no ano de 2005 sobre o total da sua produção nacional, contra 9% da Zâmbia, 14% da Tanzânia, 16% do Malawi e 28% do Zimbábue no mesmo período. Outro aspecto que realça esta problemática é o facto dos produtos primários que representam, segundo dados do RDH (2007), 89% das exportações nacionais, serem propensos a variações internacionais de preços e por outro lado, os produtos nacionais ainda não reúnem os padrões de

²⁶ A tendência regressiva da economia é apresentada em MOSCA (1996)

qualidade requeridos pelo mercado para que possam alcançar credibilidade resultante da difusão de qualidade, produtividade e progresso técnico ao longo das cadeias produtivas. Entretanto, os já identificados desequilíbrios tecnológico, técnico e organizacional das empresas nacionais e a funcionalidade das fracas cadeias de produto horizontais, não são os únicos factores relevantes que respondem pela falta de competitividade. Observam-se também as deficiências da própria estrutura económica com particular realce para a estrutura agrária e para a estrutura empresarial moçambicanas e a essas carências estão ligadas outras de carácter social e educacional.

Em resposta a estes desafios, que entre outras acções envolve a correcção de distorções socio-económicas, o governo tem desenhado um Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que já foi objecto de ajustes circunstanciais. Este plano tem por finalidade básica, potenciar a capacidade produtiva da economia com vista à maximização do crescimento económico e redução da pobreza. Em consentâneo com este objectivo o governo está empenhado na consolidação de um ambiente flexível para gerar o desenvolvimento do sector privado produtivo, do comércio interno e do investimento.

4.2 O panorama institucional

O Governo de Moçambique destaca o papel da cooperação regional na aceleração do crescimento económico, oferecendo várias oportunidades de investimento tanto estrangeiro como doméstico, incluindo a transposição de estrangimentos dos pequenos mercados e desenvolvimento de negócios.

Como cometimento de Moçambique, no contexto político e económico da região em particularmente no âmbito do Protocolo Comercial da SADC, o governo, entre várias medidas, procedeu à reformulação de políticas sectoriais, com destaque para a Política Industrial em 2005, bem como já havia iniciado com a implementação de medidas inerentes à redução progressiva das taxas impostas ao comércio internacional e as imposições às importações. Este processo tem gerado uma controvérsia em função da relação de dependência das receitas públicas face às colectas aduaneiras e, o governo ciente do facto, procura incentivar o alargamento da capacidade produtiva da economia através da flexibilidade do licenciamento, como forma de alargar a base tributária, diversificar as fontes de receitas, como também a facilitação de cobranças de taxas e impostos e a potenciação do sistema de colectas. Outra das medidas com vista a incentivar o

investimento com a consequente expansão da actividade económica, é a reforma institucional que entre várias acções culminou com a recentemente aprovada lei do trabalho²⁷ que se pensa poder ampliar um o ambiente interno de investimento, mais atractivo e competitivo. A capacitação institucional em curso, a redução dos empecilhos burocráticos no licenciamento da actividade económica, entre outros, são também acções que se aglutinam para tornar o ambiente institucional atractivo aos negócios.

4.3 O agro-negócio – Cenário e perspectivas

O agro-negócio representa, portanto, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agro-pecuários, desde insumos até ao produto primário transformado.

4.3.1 O Crédito ao sector agrário

Moçambique possui um enorme potencial agro-ecológico, largas extensões de terra arável²⁸ e uma população maioritariamente rural com seus rendimentos fortemente dependentes da agricultura. Segundo o RDH (2005)²⁹ a actividade agrária no país absorve pouco mais de 80% de 64.4% da comunidade rural cujo contributo representa cerca de 91%, do total das exportações de produtos primários, contra os 8% de produtos manufacturados exportados. De acordo com a ACIDI (2004), dos 36 milhões de hectares, apenas 5 milhões está sendo aproveitada. Das áreas aproveitadas, 95% é preenchida por 3.5 milhões de famílias de pequenos agricultores.

Paradoxalmente, tem se registado um desenvolvimento do sector urbano de serviços, em detrimento do sector rural agrário, o que não deve ser tomado como consequência do desenvolvimento da economia, à semelhança do que sucede com as economias dos países desenvolvidos, que impulsionados pelo desenvolvimento técnico e tecnológico, o seu sector urbano passa a liderar a economia como consequência da modernização da agricultura. O deficiente acesso ao financiamento para o sector agrário e suas campanhas, bem como a incipiente rede de comercialização têm sido apontados como a causa do atraso no crescimento do sector.

²⁷ Lei n° 23/2007, de 1 de Agosto - Maputo

²⁸ Moçambique possui cerca de 36 milhões de hectares de terra arável, entretanto, apenas a quarta parte (daquela parcela) é actualmente explorada. A condição dos solos moçambicanos é favorável ao cultivo de uma vasta diversidade de culturas de rendimentos que incluem o tabaco, o algodão, o milho, a cana-de-açúcar, castanha de caju, chá, copra, arroz e frutas tropicais (KPMG, 2004:102)

²⁹ Os dados realçados no relatório correspondem a 2003.

A **tabela-3**, ilustra a tendência regressiva da percentagem do crédito à agricultura, tendo beneficiado de 12.3% do total do crédito atribuído aos diversos sectores da economia em 2000 para em 2006 decaír até 6.9%.

Tabela 3: Percentagem do crédito alocado por sector

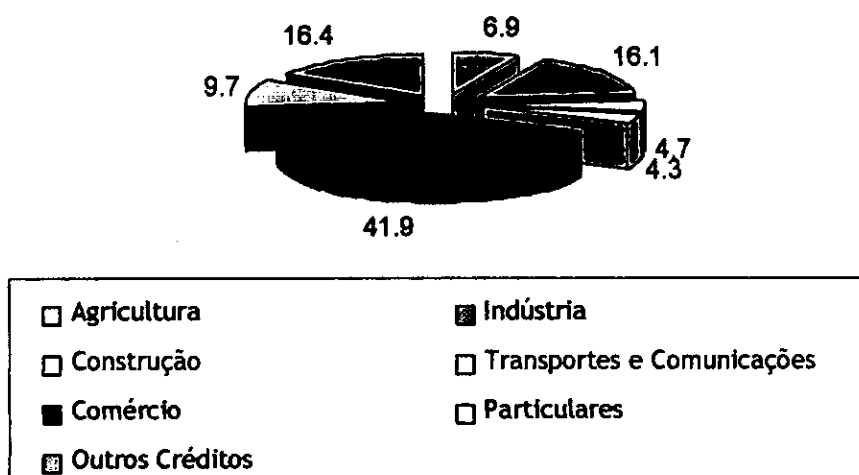
Sectores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura	12.3	15.3	15.8	3.6	8.2	10.4	6.9
Indústria	25.6	21.3	25.8	18.4	19.7	13.1	16.1
Construção	7.3	4.4	4.0	5.2	4.2	5.6	4.7
Transportes e Comunicações	6.1	4.4	4.5	5.1	4.9	10.7	4.3
Comércio	18.0	14.6	12.1	20.1	22.6	23.1	41.9
Particulares	8.6	12.4	12.5	9.4	13.6	13.9	9.7
Outros Créditos	22.1	27.5	25.4	38.2	26.9	23.2	16.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco de Moçambique in INE: *Conjuntura Económica*

A indústria, com 16.1% e o comércio com 49.9%, são os sectores que mais se destacaram na obtenção do crédito em 2006. A cedência de crédito aos sectores da economia no geral, apresenta tendências regressivas e, apenas o comércio mostra tendências progressivas.

Não obstante o peso da agricultura na economia de Moçambique, a percentagem de variação do crédito para o sector continuam baixas e regressivas tendo atingido em 2006, 6.9% do crédito total destinado esse ano, uma das mais baixas para o sector ao longo do período em análise. A ilustração representada no **gráfico-3** mostra a fraca parcela do crédito alocada ao sector da agricultura, comparativamente aos outros sectores em 2006.

Gráfico-3: Distribuição percentual do crédito por sectores em 2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos da fonte do Banco de Moçambique in INE: *Conjuntura Económica*

Mas, a tabela-4 mostra que em termos nominais, os montantes financeiros, alocados ao sector da agricultura para crédito, cresceram compartivamente aos anos antecedentes e este crescimento aparente deve-se ao facto de não se ter levado em conta a inflação acumulada registada ao longo do período.

Tabela-4: Valor do crédito cedido à economia, por sector de actividade económica

Sector	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Valores em Milhões de Meticals						
Agricultura	2,278	2,667	3,427	408	1,269	2,330	3,164
Industria	4,747	3,721	5,581	2,109	3,064	2,929	7,354
Construção	1,350	769	869	596	647	1,260	2,124
Transportes e Comunicações	1,133	775	964	578	756	2,389	1,943
Comércio	3,335	2,558	2,613	2,299	3,512	5,180	19,084
Particulares	1,593	2,171	2,700	1,076	2,113	3,109	4,404
Outros créditos	4,091	4,813	5,504	4,373	4,191	5,184	7,479
Total	18,527	17,473	21,658	11,439	15,551	22,381	45,553

Fonte: Banco de Moçambique in INE: *Conjuntura Económica*

Contudo, a grande expectativa em torno deste sector, renasce com a nova postura manifestada pelas instituições financeiras internacionais, as quais esboçam melhores perspectivas para os países em desenvolvimento dos quais Moçambique é parte. Essa perspectiva assenta na nova abordagem assumida por essas instituições financeiras nomeadamente o Banco Mundial que “propõe ênfase renovada na agricultura para o desenvolvimento”³⁰, podendo ser crucial na revitalização do sector agrário, como forma de estancar a estagnação económica e as consequentes crises sociais, sobretudo em torno das grandes cidades.

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial intitulado “Agricultura para o Desenvolvimento”, o Grupo Banco Mundial está propondo uma nova agenda da agricultura para o desenvolvimento. A tese desta viragem, segundo o mesmo Relatório, tem a ver com o facto de para as pessoas mais pobres o aumento do PIB oriundo da agricultura ser cerca de quatro vezes mais eficaz na redução da pobreza do que o aumento do PIB proveniente de fora do sector.

O governo moçambicano, procedeu à reformulação do seu instrumento de desenvolvimento, o PARPA-II e, ao fazê-lo, segundo HANLON (2006), passou a incluir não apenas aspectos sociais como acontecia no PARPA-I mas também aspectos económicos, mormente a transformação estrutural do sector agrário, dada a sua importância, destacando a necessidade do melhoramento da renda das famílias camponesas, através da transformação gradual destas em agricultores comerciais, sendo relevante neste processo, o papel do governo na criação das bases. Por exemplo, HANLON (2006) enfatiza a falta de comércio e negócios nas áreas rurais como resultado parcial do facto das pessoas serem muito pobres e desprovidas de recursos financeiros, sendo, por conseguinte, extremamente importante a intervenção do governo, para potenciar os produtores.

“Os famosos farmeiros brancos do Zimbabwe não nasceram bons agricultores. A Rodésia do tempo colonial (e depois da Independência do Zimbabwe) deu-lhes subsídios massivos e um enorme esforço de formação e apoio. E funcionou – o Zimbabwe na altura da independência, após décadas de apoio, contava com 30% dos farmeiros brancos com elevado sucesso e enormes lucros. Tanto a experiência do Zimbabwe como a da África do Sul mostram que, com apoio e capital suficientes, é possível criar agricultores de classe internacional.” HANLON (2006)

³⁰ Vide em

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/ACCUEILEXTN/NEWSFRENCH/0,,contentMDK:21518386~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:1074931,00.html>

Mas, o crónico problema da competitividade do agro-negócio em Moçambique, que a análise dos indicadores de competitividade ilustram mais adiante, não se deve circunscrever apenas na capacidade técnica, tecnológica, financeira e infra-estruturas, mas também na problemática estrutural da agricultura que inclui a assimetria de informação sobre os mercados agrícolas. Embora exista criado um sistema (SIMA)³¹, para o efeito, este não cobre efectivamente os grupos alvo localizados nas zonas produtivas por vários factores conjunturais internos, nomeadamente a capacidade de interpretação dos produtores, a rede de transportes e comunicações, infraestruturais de armazenamento e conservação precárias, entre outros. Um funcionamento adequado do sistema de informação sobre os mercados aliado ao melhoramento dos outros factores pode catalizar o interesse dos produtores em produzir mais e melhor, inundando com a sua produção os mercados doméstico consumidor e de matérias-primas, dando espaço para o funcionamento e desenvolvimento das Cadeias de Produto e de Valor horizontais, com reflexos no incremento do volume de actividade e do comércio externo.

Dum modo geral, a divisão tradicional entre agricultura, indústria e serviços, hoje se mostra inadequada. Portanto, com a regionalização dos mercados, o sucesso das firmas, particularmente as ligadas ao agro-negócio, depende cada vez mais da inter-relação fornecedores, produtores de matéria-prima, processadores e distribuidores, tanto na esfera doméstica como externa – no contexto da CPV.

31 O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) de Moçambique foi estabelecido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADER) em 1991 e carregado com a colecta e a disseminação da informação dos mercados agrícolas. Esta informação inclui dados dos preços, oportunidades específicas do mercado, e informação de perspectiva de mercado. O boletim semanal, Quente-Quente forma a base das actividades, complementado pelos relatórios especiais e os Flash, boletins pontuais. Os técnicos do SIMA asseguram a transmissão da informação pela rádio, jornal, televisão, internet, e em papel. Um total de 25 produtos são cobertos em 27 mercados dos níveis produtor, grossista e retalho.

O SIMA vem se desenvolvendo constantemente dados desafios novos, com inovações para responder às necessidades dos utentes. Uma das inovações principais é a descentralização do SIMA nacional através do estabelecimento de SIMA ao nível das províncias (SIMAPs). Ao nível provincial, o objectivo principal do SIMA é o desenvolvimento e fortalecimento da capacidade técnica local, para responder às necessidades locais, em parceria com as organizações locais e o sector privado. Fonte: <http://www.sima.minag.org.mz/>

Em Moçambique, as estatísticas marcam um crescimento da agricultura, contribuindo em 27% sobre o PIB³². Entretanto, tomando como base o ano de 2001, o **gráfico-4**, ilustra que a taxa de crescimento da agricultura tem como base as elevadas taxas de crescimento da produção de culturas específicas e, no caso vertente, do tabaco, cana-de-açúcar, e citrinos que vêm beneficiando de grandes investimentos de reposição.

Por exemplo, o crescimento relativo e absoluto do ramo açucareiro que se regista, conforme ilustração da **tabela-5** e **gráfico-4**, vem sendo estimulado pelas quotas oferecidas pelos mercados da UE, EUA e SADC. No conjunto, estes três mercados absorvem mais de 60% do açúcar moçambicano destinado às exportações. Actualmente, o sector comporta 4 fábricas em funcionamento (Maragra, Xinavane, Mafambisse e Marromeu) perfazendo uma produção total de 250.000 toneladas de açúcar por ano, oferecendo 27.000 empregos directos, 4.000 em serviços de apoio, como corte de cana, transporte, e em produções independentes de cana. (dados e informação extraídos de “Açucareiras de Moçambique e as multinacionais”)³³

Tabela-5: Comportamento da Produção Agrícola de Culturas de Rendimento, 2001 - 2006

Culturas	Ano					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Algodão Caroço	71,000	82,980	54,144	92,000	78,500	114,829
Castanha de Caju	53,613	50,177	63,818	42,988	104,337	62,821
Cana-de-açúcar	675,623	1,586,260	1,940,799	1,873,262	2,246,985	2,060,317
Chá (folha verde)	9,029	12,579	12,690	15,127	16,000	16,000
Citrinos	9,240	24,025	30,000	30,000	30,000	32,000
Copra	29,631	45,740	47,600	47,000	74,000	47,000
Tabaco	11,170	25,611	37,051	49,528	65,042	59,071
Girassol	6,460	4,149	6,400	6,127	7,000	7,000

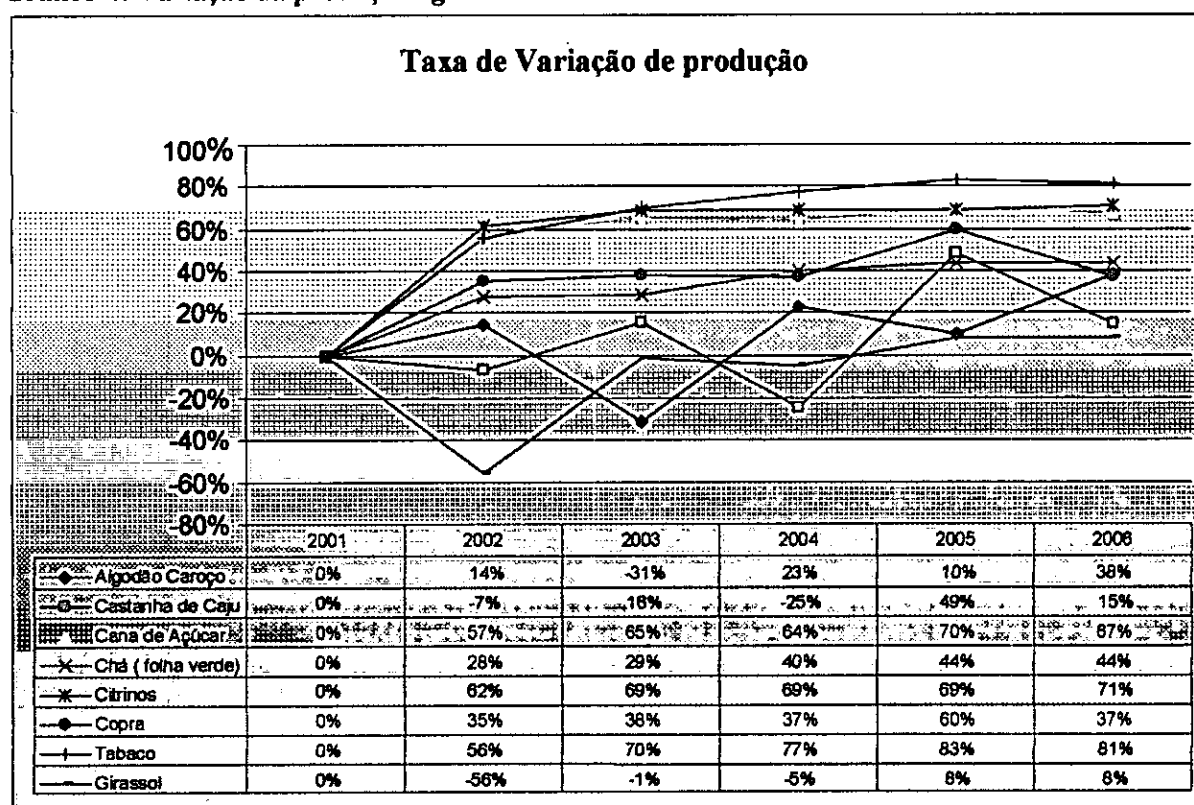
Fonte: Ministério da Agricultura/ Direcção de Economia

³² Relatório do GFA Consulting Group “Concretização das Metas de Convergência Macroeconómica da SADC: Avaliação do Desempenho e Avaliação de Implementação” Vide em http://www.sadc.int/tifi/macroeconomic_policies_convergence/Mozambique%20Portuguese.pt.pdf

³³ “Moçambique para todos”

Vide em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/03/aucareiras_de_m.html

Gráfico-4: Variação da produção agrícola das culturas de rendimento entre 2001-2006



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de relatórios do INE-Ministério da Agricultura/Direção de Economia

As restantes culturas aqui retratadas, ainda com baixas taxas de crescimento, reclamam por mercados que estimulem o seu rápido desenvolvimento e um desses mercados seriam as cadeias agro-industriais de processamento e transformação. Com a priorização do desenvolvimento do país a partir dos distritos, as CPV ganham espaço e possuem condições para gerar dinâmicas económicas capazes de gerar uma integração económica interna, base sólida para a integração económica regional e internacional.

No âmbito da necessidade de desenvolvimento do sector agrário, o governo identificou alguns nós de estrangulamento e para contorná-los criou o Código dos Benefícios Fiscais através da aprovação do Decreto nº16/2002 que tem por finalidade, entre outras, oferecer benefícios específicos à agricultura como, a isenção do pagamento de direitos de importação (artº22), redução da taxa do imposto sobre o rendimento (artº23) e benefícios complementares (artº24).

Mas embora haja uma complexidade de factores, a influenciarem negativamente sobre o sector agrário em Moçambique, a inacessibilidade de recursos financeiros por via do crédito bancário pelos operadores, tem sido também apontada como um dos principais constrangimentos e,

“A principal questão que obsta a uma mais rápida expansão da banca comercial nas zonas rurais prende-se com a (in) capacidade de justificar o respectivo investimento do ponto de vista económico e financeiro ou seja demonstrar uma análise custo/benefício favorável.”³⁴

Contudo,

“O Banco de Moçambique elaborou uma estratégia para a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais com o lançamento em Janeiro de 2007 do tema sobre a Bancarização da Economia. Em 2005 o BM estabeleceu os capitais mínimos, que incentivam a abertura de bancos e instituições de micro-finanças fora das grandes capitais provinciais.”³⁵

4.4 Moçambique no comércio regional

De que condições institucionais, técnicas e estruturais se reveste a economia de Moçambique no geral e o agro-negócio em particular e de que forma pode proceder às ligações ao processo de integração regional na SADC tomando em consideração o actual sistema internacional, e a actuação dos agentes, bem como os interesses dos estados membros do bloco, em particular da África do Sul? Ora, a ênfase na perspectiva sul-africana justifica-se pela sua posição de pivô na região, desde as reformas internas operadas a partir dos anos de 1990 e pela forte dependência económica de Moçambique em relação a este parceiro, com contornos históricos e contemporâneos, assim como a sua influência económica e política na região.

Os elementos analisados neste estudo, testemunham a prevalência implícita de uma integração secular da economia moçambicana com as restantes economias, dos países ora em análise, movida por interesses dos mesmos, desde os finais dos anos de 1800. O cerne da questão relativa ao novo rumo da integração regional reside na curiosidade em relação à capacidade de Moçambique, em reverter a sua estrutura económica de forma a competir em equilíbrio perante outras economias do bloco por meio da conversão das suas vantagens comparativas em vantagens competitivas. Por

³⁴ Vide em http://www.pap.org.mz/downloads/avg_reports_jr07/sector_financeiro_rc07.doc

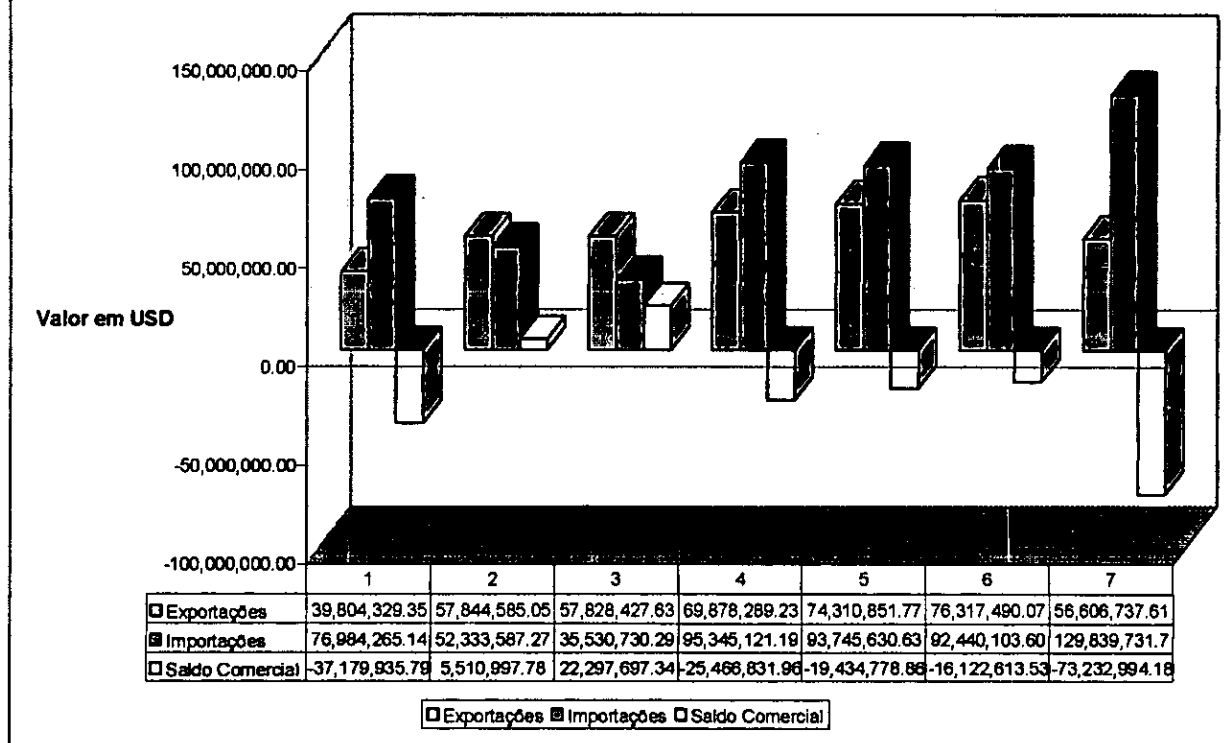
³⁵ Vide em http://www.pap.org.mz/downloads/avg_reports_jr07/sector_financeiro_rc07.doc

exemplo, o capital sul-africano e mauriciano que reactivou o sector açucareiro, o interesse dos agricultores do zimbabwe em desenvolver o agro-negócio, como o tabaco, mostram as vantagens comparativas de Moçambique no agro-negócio.

O Protocolo Comercial da SADC e a perspectiva de criação de uma União Aduaneira constituem passos importantes rumo à integração regional e representam uma oportunidade para o crescimento das exportações na região mas, quanto a Moçambique, o grande desafio está assente na capacidade de reacção da economia e seus agentes às dinâmicas em curso. Pese embora as exportações dos mega-projectos tenham alterado o cenário estatístico das exportações de Moçambique a partir de 2001, com a MOZAL, segundo o KPMG-Mozambique (2006), a contribuir com cerca de 86% do volume total de negócios do sector industrial em 2005, a África do Sul continua a ser um parceiro que possui uma economia diversificada, e devidamente estruturada em relação as outros parceiros da região e em particular em relação a Moçambique.

O gráfico-5 elucida o comportamento das transacções dos agregados de produtos em destaque na análise, do comércio entre Moçambique e seus parceiros directos na SADC apresentando um défice, o qual se revelou mais acentuado em 2006.

Gráfico-5: Comportamento das transacções nos agregados dos produtos em análise entre Moçambique e parceiros da SADC



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

O cenário apresentado no gráfico-5, deixa transparecer a perda dos índices de produção interna nestes agregados e, conseqüentemente, o aumento das importações, o que pode ser resultado da fraca integração económica interna de Moçambique bem como da fraca relação das Cadeias Internas de Produto e de Valor.

4.4.1 Diferenciação: Selo de Origem

Os desafios impostos pela eliminação das barreiras tarifárias no âmbito da entrada em vigor do Protocolo Comercial da SADC à economia nacional, exige a criação de condições para que a empresa e produto nacionais sejam competitivos, promovendo o consumo de produtos nacionais. Neste âmbito, o governo de Moçambique, entre outras medidas, lançou em Novembro de 2006 a campanha “Made in Mozambique” tendo sido oficializada pelo Diploma Ministerial nº 117/2007.

Esta marca, de acordo com a UTPPRON, foi criada com os seguintes fins:

- Assinalar a origem dos produtos e serviços nacionais;
- Dar visibilidade aos produtos e serviços nacionais;
- Distinguir os produtos e serviços nacionais dos produtos e serviços não nacionais;
- Acrescentar valor aos produtos e serviços nacionais em relação aos produtos e serviços não nacionais;
- Para tornar os produtos e serviços nacionais mais preferidos pelo consumidor. (ibn)

Esta campanha, consiste na atribuição do direito de uso do selo “Made in Mozambique”, mediante a observância de requisitos para legibilidade pelas empresas, grupos, cooperativas, instituições privadas ou públicas, de modo que, segundo a UTPPRON, este selo venha a constituir uma mais valia para os produtos e contribua para o crescimento do negócio e desenvolvimento do país.

Entretanto, constata-se que a campanha “Made in Mozambique”, embora incite a produção, consumo e exportação de produtos nacionais, o mais certo é que ela não estimula o surgimento de novas unidades produtivas, nem à produção na sua essência. A campanha mostra maior destaque para o consumo da produção nacional. Mas é fundamental que se preste atenção que o produto nacional, o qual se incentiva a sua produção e consumo, contempla na grande parte da sua composição matérias-primas importadas. Porém, nota-se que, não obstante o esforço em incentivar os produtores nacionais de bens e serviços, ainda existe um “gap” em termos de investimento para promover o produto nacional. Portanto, como se sabe, com o paradigma neo-liberal a enfatizar a necessidade de liberalizar o mercado e, sendo este o cume do Protocolo Comercial da SADC, a campanha “Made in Mozambique” pode ser vista, no presente estágio, como um modelo implícito de substituição de importações.

4.5 Os Desafios

Moçambique está entre os membros fundadores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), e está empenhado no sucesso do processo de integração regional, apesar da estratégia por si adoptada para encarar os primeiros passos deste desafio não ter sido devidamente ponderada. Essa falta de ponderação circunscreve-se no facto de Moçambique apresentar uma estrutura industrial pouco clara, com os mega-projectos a dominarem o cenário de

desenvolvimento industrial, cujas ligações com o resto da economia é exíguo e, uma indústria alimentar, de tabacos e bebidas em renascimento e ainda necessitando de alguma protecção para a sua consolidação, como foi o caso da produção açucareira.

Todavia, a subscrição, apesar de prematura, ao Protocolo Comercial da SADC e outros compromissos regionais em que Moçambique está envolvido, só por si testemunham o empenho do país para com a organização.

O processo de integração ora em curso, pode ser conduzido como pilar no contorno à marginalização económica de Moçambique no contexto universal, ao estimular a eficiência do sector produtivo nacional e oferecer a possibilidade ao sector de exportações em colher os benefícios de um mercado regional. Entretanto, a economia deve alcançar num patamar de desenvolvimento que a permita entrar em competição com as outras.

O défice estrutural da economia, que se reflecte num Orçamento do Estado fortemente dependente da contribuição externa, no fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas, na propensão aos choques externos, no fraco grau de especialização económica, na fraca integração das cadeias produtivas internas, entre outros, são empecilhos para uma integração económica regional participativa. Um outro aspecto a realçar, é que no actual paradigma da globalização, o proteccionismo económico em geral está entrando em desuso, e o surgimento e consolidação dos blocos económicos vai dando origem a zonas de comércio livre. Assim, os países integrantes de blocos económicos, como Moçambique na SADC, passam por pressões que envolvem engenharias económicas e financeiras como forma de garantir o seu envolvimento participativo. A implementação do Protocolo Comercial da SADC integração comercial na SADC ora em curso, certamente, forçará Moçambique a enveredar pela expansão da sua base tributária de forma a compensar a perda de receitas aduaneiras resultante da abertura comercial. Em resposta a este conjunto de factores, o Governo de Moçambique tem realizado um grande esforço no sentido de divulgar as potencialidades económicas do país, na perspectiva de atrair investimentos tanto domésticos como estrangeiros que resultem na expansão da actividade económica.

Assim, a integração económica na SADC coloca a Moçambique o desafio de produzir uma estratégia que permita conquistar uma inserção participativa e vantajosa na economia regional, no âmbito das linhas estabelecidas pelo Protocolo Comercial da SADC. Desta forma, o governo pode

conquistar espaço, na consolidação do seu poder negocial diante dos parceiros regionais e internacionais oferecendo aos mesmos as possibilidades de explorar melhor as suas complementaridades económicas. A consolidação destas premissas é fundamental para que o país não se tome mero consumidor de produtos importados que pode ter como consequência o desaparecimento do parque industrial produtivo e serviços adjacentes, resultando em desemprego e estagnação económica.

CAPÍTULO-V

ANÁLISE GLOBAL DOS INDICADORES DE COMPETITIVIDADE

5.1 Vantagens comparativas reveladas

O comportamento das Vantagens Comparativas Corrigidas pelo PIB especialmente para Moçambique, destaca os produtos agrícolas, pois se sabe que o país possui largas extensões de terra arável e tem na agricultura o sector base para o desenvolvimento.

i) Participação do saldo comercial total do país no PIB

O cálculo deste indicador permite determinar o valor do excedente das exportações sobre as importações totais de cada país, para cada mil dólares do PIB. Assim, a participação do saldo comercial total de Moçambique no PIB é, dum modo geral fraca. Exceptuando a Swazilândia e África do Sul, em que as taxas de participação de comércio internacional sobre o PIB, são mais altas, os restantes países apresentam taxas reduzidas de participação do comércio internacional no PIB, conforme ilustram os valores constantes na Tabela-6.

Tabela-6: Participação do saldo comercial total do país no PIB

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África do Sul	8.36	8.37	8.05	4.70	-3.25	-6.11
Malawi	-32.87	-25.68	-112.26	-37.48	-50.64	-90.96
Moçambique	-52.72	-17.49	-30.10	-33.79	-22.59	-26.95
Swazilândia	176.38	100.16	16.42	68.07	22.47	211.56
Tanzânia	-54.48	-50.02	-36.29	-37.74	-43.18	-60.09
Zâmbia	-1.39	-12.58	-23.36	-64.96	-57.36	-60.99

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

Os valores negativos, ilustram a fraca participação do comércio internacional no PIB dos países em referência e duma maneira geral este indicador sugere que tanto Moçambique como a maior parte dos países seleccionados para o estudo, ocorrem ainda fracos índices de comércio internacional, particularmente no que respeita às exportações. Como se pode constatar, estes países são fortemente dependentes da agricultura mas o comércio internacional desta classe de produtos, não se mostra relevante no seu PIB, como se poderá constar mais a diante, ou pelo valor

agregado reduzido ou pela propensão a choques externos a que os produtos primários estão sujeitos.

ii) Participação do Saldo Comercial dos países por agregado de produto no PIB

Comparativamente à África do Sul, Malawi, Zâmbia e Tanzânia, a **tabela-7** mostra que para Moçambique, se regista uma fraca contribuição dos produtos em análise sobre o seu PIB. Embora crescente, a contribuição da produção agrícola no PIB é ainda reduzida, se comparada à de outros países em análise, atendendo às condições agro-ecológicas de Moçambique que constituem parte das vantagens comparativas. No entanto, é oportuno realçar que tal comportamento nem sempre significa, necessariamente, perda de competitividade da agricultura, uma vez que este indicador reflecte mudanças nas posições relativas entre os sectores. O facto das exportações totais terem aumentado no período em análise pode significar que, ou outros agregados de bens ou serviços excluídos no estudo ganharam competitividade mais aceleradamente que os restantes ou, alternativamente, a sua demanda cresceu com maior velocidade. Este processo pode estar ligado ao desenvolvimento de alguns sectores industriais e serviços com maior valor agregado, como resultado das oportunidades oferecidas aos investidores através da revisão das políticas e incentivos.

Tabela-7: Participação do Saldo Comercial dos países por produto no PIB

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África do Sul						
Animais vivos e derivados	0.33	0.41	0.59	0.55	0.34	0.03
Produtos agrícolas	0.96	1.04	1.01	1.45	1.49	2.17
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-0.29	-0.27	-0.38	-0.47	-0.66	-0.58
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.88	1.47	1.52	1.71	1.27	1.63
Malawi						
Animais vivos e derivados	-1.31	-1.11	-1.58	-1.66	-1.27	-1.22
Produtos agrícolas	12.49	9.02	-18.03	9.31	7.93	4.77
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-2.10	-2.13	-2.27	-3.28	-2.56	-2.75
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	27.54	40.95	-4.68	48.42	29.67	13.81
Moçambique						
Animais vivos e derivados	4.84	4.20	3.92	2.43	2.65	0.98
Produtos agrícolas	-2.65	-3.12	-3.18	-5.24	-4.24	-5.22
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-0.57	-0.22	-0.23	-1.12	-1.12	-1.24
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-2.14	-0.02	0.61	0.17	1.46	0.98
Swazilândia						
Animais vivos e derivados	3.39	4.50	-0.64	0.66	-3.03	0.90
Produtos agrícolas	-20.98	-18.59	-27.10	-29.40	-24.03	-23.95
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-3.13	-2.87	-3.86	-4.05	-4.21	-4.93
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-25.24	-25.45	-26.35	-30.67	-29.43	-33.84
Tanzânia						
Animais vivos e derivados	4.33	5.46	5.79	6.11	4.91	5.21
Produtos agrícolas	8.47	6.04	5.71	5.31	3.03	4.72
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-3.03	-3.14	-2.79	-3.03	-2.20	-3.13
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-1.31	-0.47	0.99	1.00	0.48	2.37
Zâmbia						
Animais vivos e derivados	0.20	-0.24	-0.29	-0.43	-0.52	0.08
Produtos agrícolas	3.64	1.48	-6.16	-8.52	9.02	1.81
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-2.39	-2.87	-3.05	-4.08	-4.50	-3.91
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.30	3.33	3.99	3.65	7.59	10.39

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

No que concerne aos produtos agro-pecuários, nota-se uma tendência positiva no concurso dos animais vivos e seus derivados e nos produtos alimentares, bebidas e tabaco com os coeficientes a demonstrarem uma tendência crescente. No caso do Malawi e Zâmbia os coeficientes referentes aos animais vivos e seus derivados são negativos, o que sugere um espaço para a complementaridade nas transacções entre, por exemplo, os dois países e Moçambique.

iii) Vantagem Comparativa Corrigida pelo PIB

As vantagens comparativas corrigidas pelo PIB, podem ser analisadas a partir dos dados da Tabela-8 onde se constata que em termos de animais vivos e seus derivados, o Malawi e a

Swazilândia apresentam-se com maiores vantagens, e os restantes apresentam quedas nas suas vantagens comparativas. Moçambique, embora apresente índices de vantagem comparativa corrigida pelo PIB negativos, estes tendem a crescer o que demonstra recuperação de vantagens em relação a este agregado de produtos. Em termos de produtos agrícolas, Moçambique é o que apresenta vantagens comparativas crescentes e o único país que tem, durante o período em análise, índices positivos (143.6, 55.55, 97.20, 179.29, 97.21 e 142.5 respectivamente). Em produtos alimentares bebidas e tabaco, regista-se a África do Sul e Moçambique com maiores vantagens comparativas ao longo do período analisado, como se realça na Tabela-8.

Tabela-8: Vantagem comparativa corrigida pelo PIB

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
África do Sul						
Animais vivos e derivados	2.64	3.36	4.67	2.56	-1.08	-0.13
Produtos agrícolas	7.78	8.53	7.88	6.68	-4.77	-13.09
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-2.46	-2.26	-2.89	-2.21	2.17	3.55
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	15.50	12.02	12.00	7.91	-4.05	-9.82
Malawi						
Animais vivos e derivados	43.49	28.67	178.63	62.60	64.46	111.98
Produtos agrícolas	-406.70	-229.30	2042.28	-344.58	-395.11	-423.95
Gorduras e óleos animais ou vegetais	69.67	55.18	256.92	123.56	130.39	251.29
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-897.52	-1043.50	529.62	-1802.29	-1488.54	-1236.53
Moçambique						
Animais vivos e derivados	-250.49	-72.33	-116.22	-80.22	-58.90	-25.48
Produtos agrícolas	143.46	55.55	97.20	179.29	97.21	142.50
Gorduras e óleos animais ou vegetais	30.51	3.97	7.08	38.07	25.65	33.81
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	115.29	1.12	-17.43	-4.68	-32.05	-25.40
Swazilândia						
Animais vivos e derivados	594.21	448.38	-10.81	43.24	-68.53	186.33
Produtos agrícolas	-3704.81	-1864.08	-445.35	-2003.62	-540.48	-5070.90
Gorduras e óleos animais ou vegetais	-552.90	-288.15	-63.45	-275.65	-94.60	-1044.42
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-4458.18	-2552.65	-433.13	-2090.65	-681.96	-7166.54
Tanzânia						
Animais vivos e derivados	-233.91	-271.02	-208.14	-228.70	-210.40	-310.83
Produtos agrícolas	-452.92	-295.59	-203.09	-196.42	-126.18	-278.78
Gorduras e óleos animais ou vegetais	166.33	158.27	102.18	115.27	95.68	189.29
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	74.36	25.93	-33.98	-36.15	-18.71	-139.00
Zâmbia						
Animais vivos e derivados	-0.26	3.09	6.83	27.90	29.91	-4.82
Produtos agrícolas	-4.99	-18.03	145.24	558.16	-514.07	-108.42
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3.34	36.23	71.49	266.07	259.05	239.32
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	-3.14	-41.34	-92.23	-234.66	-433.34	-630.90

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

5.2 Taxa de cobertura

A taxa de cobertura mostra a relação entre as exportações totais dos produtos estudados e as importações totais desse mesmo conjunto de produtos. A análise dos resultados proporcionados por este indicador exposto na **Tabela-7**, no período coberto, permite constatar que o volume de importações de Moçambique, no geral, supera o seu volume de exportações e, os países em análise, dum modo geral estão perdendo competitividade nestas classes de produtos, embora as exportações de cada um deles, na maior parte dos casos, ainda compensem as respectivas importações.

Tabela-9: Taxa de Cobertura de cada país na classe de produtos em análise

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
África do Sul	1.16	1.20	1.18	1.10	0.99	0.97	0.87
Malawi	5.21	5.39	0.00	3.56	2.69	1.59	3.00
Moçambique	0.95	1.12	1.16	0.69	0.90	0.69	0.94
Swazilândia	0.27	0.29	0.18	0.20	0.19	0.24	0.28
Tanzânia	1.62	1.61	1.94	1.86	1.52	1.79	1.08
Zâmbia	1.40	1.13	0.66	0.58	1.80	1.61	1.06

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

Ademais, no contexto do bloco, a África do Sul, maior potência económica e principal parceiro económico de Moçambique na região, vem registando a partir de 2002 uma queda nos seus coeficientes de cobertura no somatório dos agregados de produtos analisados, tendo alcançado em 2001 um superávit em 120% e em 2006, regredido para os 87% representando uma queda em 33 pontos percentuais. Da classe de produtos analisados, os que respondem por esta queda são as gorduras e óleos animais ou vegetais cujas importações sempre superaram as exportações e, em 2006 registou-se uma maior importação de animais vivos e derivados em relação à sua exportação.

No entanto, a partir de 2002, segundo a **Tabela-10**, a taxa de cobertura total da SADC, mostra um declínio, revelando a ocorrência de alguma perda de competitividade, o mesmo se verificando, particularmente em relação aos agregados dos produtos em análise.

Tabela-10: Taxa de Cobertura da SADC (Comércio SADC-Mundo)

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Volume total de Comércio Externo	1.04	1.07	1.03	0.99	0.92	0.90	0.86
Animais vivos e derivados	1.91	2.50	2.32	2.21	1.81	1.56	1.45
Produtos agrícolas	1.40	1.52	1.09	1.30	1.35	1.58	1.16
Gorduras e óleos animais ou vegetais	0.20	0.15	0.16	0.12	0.09	0.09	0.07
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1.93	2.20	2.02	2.13	1.59	1.65	1.69

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

5.3 Indicador de assimetria

O indicador de assimetria mostra a importância ou peso das exportações do conjunto de produtos estudados nas exportações totais dos países. A estrutura das exportações moçambicanas é semelhante à da maioria dos países da SADC como são os casos do Malawi, Zâmbia e Tanzânia e, de acordo com a **Tabela-11**, esses agregados de produtos individualmente, vêm perdendo peso no total das exportações dos agregados em análise. Para Moçambique a tendência deste indicador de 2000 a 2006, é o declínio, mostrando a redução do peso dos produtos inseridos nos agregados em análise, nas exportações. Para a Swazilândia, o indicador de assimetria, embora muito baixo, é estável, revelando igualmente o pouco peso que estes agregados de produtos têm nas suas exportações. Diferentemente, a África do Sul, além de apresentar este indicador estável, tem o mantido a níveis elevados, deixando clara a importância dos bens inclusos nestes agregados no comércio externo sul-africano.

Da mesma forma que concluímos para a taxa de cobertura, o indicador de assimetria nos mostra a perda de competitividade desses agregados de produtos uma vez que, de maneira geral, eles vêm perdendo participação nas exportações totais dos países a favor de outros produtos.

Tabela-11 – Indicador de Assimetria

ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Moçambique	0.43	0.23	0.23	0.17	0.18	0.14	0.16
África do Sul	1.08	1.08	1.09	1.09	1.08	1.08	1.07
Suazilândia	0.03	0.03	0.03	0.03	0.02	0.02	0.03
Malawi	0.85	0.89	-	0.91	0.85	0.88	0.83
Zâmbia	0.12	0.12	0.10	0.12	0.16	0.14	0.07
Tanzânia	0.58	0.48	0.45	0.39	0.35	0.39	0.37

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

CAPÍTULO-VI

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

A integração económica de Moçambique no contexto da SADC mostra-se irreversível, sendo por conseguinte fundamental o debate a partir do qual se devem aprofundar aspectos relativos ao papel do Estado e outros actores na potenciação e promoção dos agentes para o alcance da eficiência económica com o consequente envolvimento participativo de Moçambique no comércio regional.

O presente estudo examinou o impacto sobre o agro-negócio resultante da subscrição de Moçambique ao Protocolo Comercial da SADC. A análise, que contemplou alguns países da região, particularmente os que fazem limite com Moçambique, foi feita em torno dos agregados de produtos agrícolas, pecuários e derivados bem como de alimentos, bebidas e tabaco, admitindo Moçambique ser um país que detém vantagem comparativa na agricultura. A análise foi realizada com base em confrontação de dados estatísticos e num conjunto de indicadores de vantagens comparativas e de competitividade, a partir dos quais se constatou que, embora o processo de liberalização do comércio externo ora em curso, resulte no incremento do crescimento dos fluxos de comércio entre Moçambique e os restantes membros do bloco, esse intercâmbio, ainda não apresenta vantagens em relação ao saldo do comércio regional e internacional destes agregados de produtos para Moçambique.

O estudo constatou que no contexto interno:

- (i) Apesar do agro-negócio ser pouco competitivo, o sector agrário é relevante na economia, por ser o maior factor de renda familiar e guardião da segurança alimentar. Mas dum modo geral, não é competitiva e a estrutura agrária caracteriza-se pela existência de dois sectores principais, nomeadamente o *familiar* que na maior parte da sua dimensão, a prática agrícola é rudimentar e o *comercial* em dimensão reduzida que se apoia no uso de meios modernos de exercício das suas actividades, com as cadeias produtivas descontinuadas, exceptuando algumas, como a cadeia de produção de açúcar;
- (ii) O sector agrário enferma de constrangimentos com origem na sua estrutura produtiva, caracterizado por um fraco investimento que crie valor ao sector, como em P&D e

- infraestruturas, a assimetria de informação sobre mercados, as fraquezas técnicas e financeiras da maior parte dos agentes, entre outros. Os volumes de crédito alocados à agricultura são bastante reduzidos com 6.9% do crédito total em 2006 mas, com o sector comercial a beneficiar no mesmo período de 41.9% do crédito total;
- (iii) Os índices de participação do saldo comercial total de Moçambique no PIB entre 2000 e 2005 foram negativos, com -52.72 em 2000 e -26.95 em 2005, revelando fracos índices de comércio internacional sendo que, as fraquezas do agro-negócio, não têm a ver com o nível das vantagens naturais ou das condições agro-ecológicas, mas sim com o fraco aproveitamento dessas vantagens;
- (iv) O ambiente institucional em Moçambique vem sendo objecto de profundas transformações, entre elas a reformulação de políticas sectoriais (Política e Estratégia Industrial-2005), revisão de procedimentos para o licenciamento da actividade económica (Balcão Único de Atendimento), o regime aduaneiro da Indústria Transformadora (Diploma Ministerial nº. 99/2003), a Lei do Trabalho, entre outros, com a finalidade de tornar o ambiente de negócios mais competitivo.

E no contexto regional:

- (v) Apesar das condições agro-ecológicas para o desenvolvimento do agro-negócio nas suas transacções intra-SADC na categoria dos produtos em análise, Moçambique registou entre 2000 e 2005, índices negativos de -2.65 em 2000 e -5.22 em 2005, revelando ao longo do período, saldos comerciais anuais desfavoráveis;
- (vi) O indicador de vantagens comparativas corrigidas pelo PIB, entre 2000 e 2005, mostra claramente a vantagem comparativa de Moçambique no comércio de produtos agrícolas no seio do bloco, com 143.46 em 2000 e 142.50 em 2005 e, essa vantagem é resultado das condições agro-ecológicas, e humanas, entre outros factores necessários para o desenvolvimento de actividades relacionadas;
- (vii) Entre 2000 e 2006, o indicador de assimetria, determinado no contexto dos agregados dos produtos em análise, para Moçambique apresenta índices muito baixos com 0.43 em 2000 e 0.16 em 2006, comparativamente à África do Sul que registou 1.08 em 2000 e 1.07 em 2006, o que demonstra que os produtos em análise estão perdendo relevância nas exportações de Moçambique, a favor de outros produtos, ilustrando assim a fraca

competitividade destes agregados de produtos comparativamente por exemplo à África do Sul. Exceptuam-se os anos de 2001 e 2002 em que a taxa de cobertura de Moçambique neste agregado de produtos foi positiva com os índices de 1.12 e 1.16 respectivamente. Mas uma vez que o agro-negócio está perdendo relevância nas exportações, o comportamento do indicador de assimetria, sugere que outros produtos (que não do agro-negócio ou os envolvidos na análise) lideram as exportações de Moçambique;

- (viii) A campanha e *slogan* “*Made in Mozambique*” enfatiza a produção e consumo do produto nacional, porém não há qualquer evidência que esta estratégia seja resultado da falta de estímulo à produção ou uma resposta à falta de mercado para produto nacional. Pese embora se realce também a necessidade de exportar, a fraca competitividade do produto nacional ainda coloca Moçambique em desvantagem no âmbito do comércio externo.

6.2 Recomendações

Para que a integração económica não tenha efeitos perversos, as componentes normativas e as políticas de desenvolvimento devem prosseguir com a moldagem dum ambiente institucional atractivo para acolher o processo de desenvolvimento que se propõe que tenha o seu epicentro no distrito, por nele residir o potencial produtivo. Assim, o estudo recomenda para o contexto interno que:

- (i) O Governo deve incrementar acções interventivas na provisão de recursos para a modernização da agricultura e capacitação dos agentes intervenientes no processo, incentivando o sector privado ao desenvolvimento e prática duma agricultura comercial competitiva. Portanto, o governo não se deve cingir a reagir unicamente às tendências de mercado de curto prazo de modo a não restringir as actividades de C&T, criando espaço ao desenvolvimento de actividades de projecção tecnológica, para que a gestão de P&D seja efectiva. Por conseguinte, um sector agro-industrial com capacidade de transformar o conhecimento em tecnologias e equipamentos agrícolas aliado a um sector de educação abrangente que responda às necessidades da economia em operários agrícolas e industriais devem constituir aposta para que se materialize uma revolução estrutural da agricultura;

- (ii) O Governo, deverá por um lado, promover iniciativas que permitam a criação de sociedades de capital de risco direccionadas ao sector agrário e agro-industrial e a ramificação das instituições financeiras e de poupança que promovam a cadeia integrada de produto e de valor, aos distritos que ofereçam maior potencial produtivo. Por outro lado, deve incrementar o investimento em P&D, peça fundamental no aperfeiçoamento tecnológico e maximização das vantagens comparativas, bem como para a geração de capacidades na introdução de novos sistemas de produção eficientes e de baixo custo, em infraestruturas e potenciação dos agentes intervenientes directos no processo produtivo (agricultores) de modo a torná-los capazes de materializar as cadeias produtivas. Como forma de rentabilizar esta participação governamental, o governo e seus parceiros não-governamentais, devem promover a organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas de agricultores e agro-industriais de maneira a dotar a estes agentes de maior poder negocial, partilha de recursos como o conhecimento, insumos, informações, entre outros, dinamizando assim a produção e os mercados rurais, com ganhos de produtividade e de excedentes agrícolas para estimular o consumo e as exportações no quadro da integração regional e/ou global;
- (iii) As acções de P&D devem ser direccionadas com maior enfoque nos distritos em função dos seus recursos e as suas potencialidades na perspectiva de acelerar o crescimento e articulação das CPV através da criação de aglomerados produtivos ou "clusters" tendo em conta o produto em que levam vantagem comparativa e, torná-lo competitivo. A especialização de cada um dos distritos, deve priorizar o alcance da produtividade, qualidade e competitividade do produto;
- (iv) O Estado deve proceder à maior divulgação de instrumentos como os conteúdos da informação sobre os mercados agrícolas, o Código dos Benefícios Fiscais e demais instrumentos facilitadores da operacionalização do sector agrário e agro-industrial.

No contexto Regional:

- (v) O equilíbrio nas transacções comerciais entre Moçambique e a SADC, deve ser alcançado através do incremento da produtividade e qualidade do produto interno e este processo está ligado à capacitação do sector agrário e agro-industrial e seus agentes com recurso à capacidade de produção instalada e potencial, não apenas para substituir as importações mas principalmente, para se tornar exportador e recuperar a participação do

país no mercado doméstico, regional e mundial. Processos de exportação informal de produtos agrícolas primários, através de agentes intermediários, vulgo “mukeristas”, pode ser potenciado e formalizado, organizando e potenciando os operadores de forma a acrescentarem valor aos produtos;

- (vi) As vantagens comparativas que o sector agrário representa para Moçambique relativamente aos seus parceiros da região devem ser transformadas, em vantagens competitivas, através do aproveitamento dos recursos ociosos que o país tem e em abundância, como a terra (cerca de 36 milhões de terra arável em que apenas 5 milhões está em aproveitamento), água e capital humano. Aliado ao facto, impõe-se a capacitação do Homem em conhecimento e capital, através da adopção da terra como factor de indução à economia rural, embora não transaccionado que possa ser objecto de garantia. Espera-se que desta medida de politica o volume de investimento nas zonas rurais cresça a um ritmo de 2.7% ano);
- (vii) Com a agricultura a absorver maior parte da força de trabalho, ou seja, 80% de 64.4% da comunidade rural, cujo contributo representa cerca de 91%, do total das exportações de produtos primários, contra os 8% de produtos manufacturados exportados este sector deve absorver, tanto por parte do governo, como de parceiros, maior atenção em termos de volume de financiamento que, em 2006 representou 6.9% do total de crédito à economia como forma de intensificar a produção e tornar o sector mais produtivo e competitivo;
- (viii) De modo a substanciar a campanha “*Made in Mozambique*”, o governo deve incrementar o investimento público direccionado ao aumento e a promoção das CIPV em infra-estruturas como vias de acesso e comunicações, sistemas de retenção de água e regadios, expansão da rede eléctrica, assistência técnica, entre outros, de forma de estimular a produção e sua transformação. Aos produtores, caberão as acções dinamizadoras das CIPV, e o aumento do investimento na área produtiva e comercialização a partir das regiões produtoras de forma a responder ao exigente nível da demanda dos mercados interno, regional e internacional.

7. Apêndice e Anexos

APÊNDICE-1: MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES³⁶

1 - Vantagem Comparativa

1.1 - Cálculos Intermédios

1.1.1 - Participação do saldo comercial dos produtos no PIB (*yik*)

Este cálculo foi obtido dividindo-se o saldo comercial do país *i* no produto *k* (exportação do país *i* no produto *k* — importação do país *i* no produto *k*) pelo PIB do país *i*, em mil dólares correntes. O resultado desse cálculo foi multiplicado por mil e, então, obtivemos a contribuição do saldo comercial do produto *k* ao PIB, ou seja, para cada mil dólares do PIB, esse cálculo nos fornece o valor que corresponde ao excedente das exportações sobre as importações do país *i* em cada produto:

$$yik = 1000 * ((Xik - Mik)/Yi)$$

Onde:

yik = Participação do Saldo Comercial do País *i* por Produto no PIB; e

Yi = PIB do País *i*.

1.1.2 - Participação do saldo comercial total do país *i* no PIB (*yi*)

Este cálculo é idêntico ao anterior (2.1.1) mas, ao invés de utilizarmos o saldo comercial por produto *k*, utilizamos o saldo comercial total do país *i* (exportações totais do País *i* — importações totais do país *i*):

$$yi = 1000 * ((Xi - Mi)/Yi)$$

Onde:

yi = Participação do Saldo Comercial Total do País *i* no PIB;

Xi = Exportações Totais do País *i*; e

Mi = Importações Totais do País *i*.

1.1.3 - Participação do comércio do produto *k* no comércio total do país *i* (*gik*)

Este cálculo foi obtido dividindo-se o comércio do produto *k* no país *i* (exportações do produto *k* no país *i* + importações do produto *k* no país *i*) pelo comércio total do país *i* (exportações totais do país *i* + importações totais do país *i*):

³⁶ Vide IPEA (1998)

$$g_{ik} = (X_{ik} + M_{ik}) / (X_i + M_i)$$

Onde:

g_{ik} = Participação do Comércio do Produto k no Comércio Total do País i .

1.2 - Vantagem Comparativa Corrigida pelo PIB (f_{ik})

Este indicador foi obtido através dos seguintes cálculos: primeiramente multiplicamos os resultados obtidos em 1.1.2 e 1.1.3. Em seguida, calculamos a diferença entre 1.1.1 e a multiplicação feita anteriormente. Com isso, obtivemos, finalmente:

$$f_{ik} = y_{ik} - g_{ik} * y_i$$

Onde:

f_{ik} = Vantagem Comparativa Corrigida pelo PIB.

2 - Taxa de Cobertura (T)

A taxa de cobertura representa a relação entre as exportações totais dos produtos estudados e as importações totais desse mesmo conjunto de produtos:

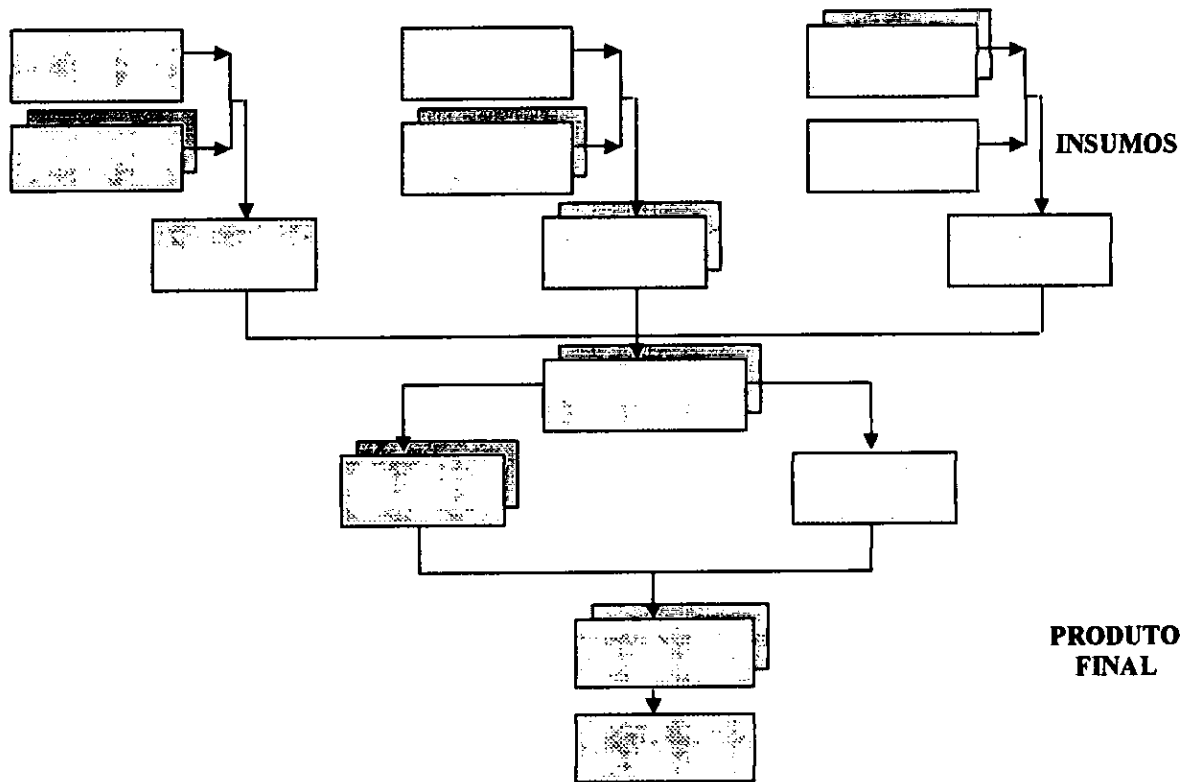
$$T = X_{ik} / M_{ik}$$

3 - Indicador de Assimetria (S)

Este indicador mostra a participação das exportações de um grupo de produtos nas exportações totais de um país dado:

$$S = \sum X_{ik} / X_i$$

ANEXO-1: Esquema Geral de uma Cadeia Produtiva



Fonte: IPECE(2004) - Instituto de Pesquisa e Estratégia Económica do Ceará

Anexo-2: Fluxos Comerciais entre a SADC e o Resto do Mundo em dólares americanos

ANOS	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Fluxos														
Volume Total de Transacções	38,315,446,752	36,809,702,310	37,210,275,265	34,847,946,310	37,837,997,367	36,750,910,212	46,073,035,625	46,538,915,631	58,849,701,796	63,878,180,614	66,578,256,325	73,671,746,427	76,921,490,228	89,455,392,483
Animais vivos e derivados	857,758,286	448,941,567	1,025,818,283	410,003,883	1,092,764,144	471,205,926	1,263,373,806	572,543,396	1,385,727,472	765,411,420	1,496,136,573	957,547,087	1,610,866,494	1,108,511,945
Produtos agrícolas	1,342,611,153	957,604,329	1,243,028,134	817,754,104	1,281,313,578	1,178,523,040	1,756,655,194	1,354,018,715	2,175,572,875	1,608,873,472	2,466,046,056	1,564,198,472	2,146,790,610	1,853,329,310
Gorduras e óleos animais ou vegetais	60,117,784	306,968,956	47,809,706	311,470,212	58,412,752	363,315,096	57,095,729	476,179,041	57,052,189	617,073,900	56,728,837	620,379,236	59,735,991	827,351,253
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1,893,283,675	979,632,267	2,087,723,222	947,636,448	1,856,715,602	920,031,786	2,649,879,827	1,243,482,201	2,830,393,117	1,776,547,279	3,154,068,417	1,906,216,921	3,598,049,965	2,122,796,493
Total	42,469,217,650	39,502,849,429	41,614,654,610	37,334,810,958	42,127,203,442	39,683,986,060	51,800,040,181	50,185,138,984	65,298,447,449	68,646,086,686	73,751,236,209	78,720,088,143	84,336,933,289	95,367,381,483
Fluxos África do Sul e Resto do Mundo														
Fluxo	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Volume total comercializado	30,481,615,739	27,118,923,541	29,196,777,253	25,112,215,613	29,867,805,684	26,189,976,345	36,445,337,369	34,216,159,042	45,930,315,337	47,586,270,224	52,089,153,831	55,273,190,854	58,595,635,196	68,719,681,210
Animais vivos e derivados	333,055,448	202,183,205	364,725,831	163,685,402	417,313,310	147,920,169	501,835,113	238,811,693	525,526,308	350,803,738	500,574,606	484,964,526	492,276,280	556,357,792
Produtos agrícolas	885,250,108	500,794,663	857,251,235	348,931,264	990,572,033	531,339,968	1,301,735,801	615,323,473	1,539,856,117	779,921,562	1,881,745,795	753,677,241	1,579,631,769	897,910,871
Gorduras e óleos animais ou vegetais	42,848,694	159,911,399	36,197,292	166,372,183	38,358,800	200,587,368	39,995,534	261,125,974	36,724,118	373,689,279	39,997,861	340,767,112	37,128,778	411,987,163
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	1,215,826,026	457,890,825	1,193,018,532	476,874,400	1,163,373,472	468,955,687	1,457,922,031	646,636,476	1,578,872,139	930,464,391	1,817,383,312	967,302,225	1,914,814,742	1,210,826,993
Total	2,476,980,276	1,320,780,092	2,451,192,890	1,155,863,249	2,609,617,615	1,348,803,192	3,301,488,479	1,761,897,616	3,680,978,682	2,434,878,970	4,239,701,574	2,546,711,104	4,023,851,569	3,077,082,819
Fluxos dos países da SADC sem a África do Sul														
Fluxo	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Volume total comercializado	7,833,831,013	9,690,778,769	8,013,498,012	9,735,730,697	7,970,191,683	10,560,933,867	9,627,698,256	12,322,756,589	12,919,386,459	16,291,910,390	14,489,102,494	18,398,555,573	18,325,855,032	20,735,711,273
Animais vivos e derivados	524,702,838	246,758,362	661,092,452	246,318,481	675,450,834	323,285,757	761,538,693	333,731,703	860,201,164	414,607,682	995,561,967	472,582,561	1,118,590,214	552,154,153
Produtos agrícolas	457,361,045	456,809,666	385,776,899	468,822,840	290,741,545	647,183,072	454,919,393	738,695,242	635,716,758	828,951,910	584,300,261	810,521,231	567,158,841	955,418,439
Gorduras e óleos animais ou vegetais	17,269,090	147,057,557	11,612,414	145,098,029	20,053,952	162,727,728	17,100,195	215,053,067	20,328,071	243,384,621	16,730,976	279,612,124	22,607,213	415,364,090
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	677,457,649	521,741,442	894,704,690	470,762,048	693,342,130	451,076,099	1,191,957,796	596,845,725	1,251,520,978	846,082,888	1,336,685,105	938,914,696	1,683,235,223	911,969,500
Total	1,676,790,622	1,372,367,027	1,953,186,455	1,331,001,398	1,679,588,460	1,584,272,656	2,425,516,077	1,884,325,738	2,767,766,971	2,333,027,102	2,933,278,310	2,501,630,612	3,391,591,492	2,834,906,181
Percent. da Participação da África do Sul	79.55%	73.67%	78.46%	72.06%	78.94%	71.26%	79.10%	73.52%	78.05%	74.50%	78.24%	75.03%	76.18%	76.82%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

Anexo-3: Fluxos Comerciais Intra-SADC

ANOS	2000			2001			2002			2003			2004		
	Exportação	Importação	SALDO	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	SALDO	Exportação	Importação	SALDO	Exportação	Importação	SALDO
Africa do Sul-SADC															
Volume Total de Transacções	3,171,682,757	349,598,855	2,822,083,902	2,976,726,587	318,558,981	2,658,167,606	3,028,402,573	399,334,924	2,629,067,649	3,612,957,717	563,007,892	3,049,949,825	4,135,557,657	1,005,175,220	3,130,382,437
Animais vivos e derivados	56,917,459	12,738,060	44,179,399	52,567,947	11,326,730	41,241,217	69,130,957	8,833,163	60,297,794	68,234,340	9,205,291	59,029,049	60,047,713	6,843,933	53,203,780
Produtos agrícolas	102,623,112	38,886,623	63,736,489	119,957,049	30,070,080	89,886,969	257,600,512	23,978,588	233,621,924	247,665,098	37,617,434	210,047,664	188,104,816	46,099,426	142,005,390
Gorduras e óleos animais ou vegetais	30,179,447	964,075	29,215,372	25,412,484	754,144	24,658,340	24,422,529	1,877,817	22,544,712	27,392,998	1,784,154	25,608,844	27,721,911	624,713	27,097,198
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	263,277,569	36,230,113	227,047,456	281,272,190	41,175,866	240,096,324	257,115,352	48,660,236	208,455,116	347,658,466	58,612,162	289,046,304	316,999,466	55,244,448	261,755,018
Zâmbia-SADC															
Volume Total de Transacções	248,459,528	594,181,947	-345,722,419	286,333,149	730,655,795	-444,322,646	316,366,004	726,346,232	-409,980,228	430,685,099	1,040,834,875	-610,149,776	839,864,403	1,305,386,393	-465,521,990
Animais vivos e derivados	5,524,742	3,161,544	2,363,198	2,837,464	3,156,777	-319,313	1,643,298	3,080,366	-1,437,068	2,205,738	6,425,757	-4,220,018	2,243,799	7,885,330	-5,641,532
Produtos agrícolas	23,855,749	23,095,100	760,649	12,591,840	34,474,014	-21,882,174	9,994,196	77,597,933	-67,603,737	21,955,500	111,910,093	-89,954,593	112,930,759	60,841,724	52,089,034
Gorduras e óleos animais ou vegetais	140,991	16,923,067	-16,782,076	47,927	18,937,970	-18,890,043	259,931	18,933,521	-18,673,590	439,009	22,800,190	-22,361,181	635,662	31,382,765	-30,747,103
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	23,382,294	20,638,844	2,743,450	29,158,133	25,876,002	3,282,131	37,618,272	19,315,566	18,302,706	43,243,522	24,856,063	18,387,459	91,787,799	26,257,877	65,529,923
Tanzânia-SADC															
Volume Total de Transacções	35,465,437	288,677,055	-253,211,618	33,633,299	205,520,895	-171,887,596	74,237,372	208,216,777	-133,979,405	96,951,058	269,270,012	-172,318,954	155,429,836	359,614,996	-204,185,160
Animais vivos e derivados	1,432,530	2,687,536	-1,255,006	1,253,637	1,726,377	-472,740	1,080,897	1,907,363	-826,466	1,692,187	1,647,718	44,469	2,003,341	1,270,332	733,009
Produtos agrícolas	3,340,656	5,621,405	-2,280,749	4,270,076	2,224,967	2,045,109	28,661,564	4,650,626	24,010,938	23,674,393	5,488,998	18,185,395	4,205,315	6,848,354	-2,643,039
Gorduras e óleos animais ou vegetais	168,185	99,615	68,570	488,962	118,306	370,656	3,249,218	694,105	2,555,113	2,415,120	347,519	2,067,601	2,046,806	279,010	1,767,796
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	4,948,083	30,548,641	-25,600,558	5,144,344	26,211,547	-21,067,203	16,443,536	20,117,350	-3,673,814	11,653,110	20,074,359	-8,421,249	5,932,199	33,081,274	-27,149,075
Malawi-SADC															
Volume Total de Transacções	114,768,904	291,192,921	-176,424,017	99,825,481	309,701,379	-209,875,898	0	399,096,060	-399,096,060	151,297,952	450,033,255	-298,735,303	157,424,694	528,998,655	-371,573,961
Animais vivos e derivados	36,397	6,252,523	-6,216,126	44,742	5,293,273	-5,248,531	0	6,310,926	-6,310,926	32,579	7,653,165	-7,620,586	64,200	7,814,448	-7,750,248
Produtos agrícolas	29,833,898	10,585,976	19,247,922	20,175,778	11,198,548	8,977,230	0	75,916,710	-75,916,710	48,563,418	24,396,294	24,167,124	53,507,572	32,487,225	21,020,347
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3,940	5,916,137	-5,912,197	157,000	5,040,751	-4,883,751	0	8,453,697	-8,453,697	76,616	4,455,692	-4,379,076	364,240	5,658,130	-5,293,890
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	43,104,310	16,774,490	26,329,820	42,641,136	26,072,860	16,568,276	0	26,868,359	-26,868,359	60,068,364	56,501,261	3,567,103	39,667,040	69,364,398	-29,697,358
Swazilândia-SADC															
Volume Total de Transacções	688,410,465	1,035,875,667	-347,465,202	856,199,147	1,031,848,330	-175,649,183	910,754,612	855,862,699	54,891,913	1,323,325,189	1,242,975,357	80,349,832	1,414,360,828	1,439,727,126	-25,366,298
Animais vivos e derivados	12,423,957	50,391,124	-37,967,167	9,867,082	45,995,622	-36,128,540	9,794,366	42,201,469	-32,407,103	14,528,479	46,251,500	-31,723,021	13,418,697	70,429,888	-57,011,191
Produtos agrícolas	17,110,071	60,705,060	-43,594,990	14,577,978	64,305,795	-49,727,817	12,268,587	60,824,419	-48,555,831	14,490,997	76,883,596	-62,392,600	15,603,647	101,748,718	-86,145,071
Gorduras e óleos animais ou vegetais	5,224,175	12,646,461	-7,422,286	5,799,429	14,898,183	-9,098,754	4,285,422	12,565,278	-8,279,856	4,193,083	15,154,887	-10,961,804	5,180,936	16,855,210	-11,674,275
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	209,335,820	86,473,799	122,862,021	367,210,262	83,644,895	283,565,367	111,180,214	66,508,565	44,671,649	184,440,563	99,084,841	85,355,722	218,256,804	124,125,006	94,131,799
Moçambique - SADC															
Volume Total de Transacções	130,126,968	475,182,763	-345,055,796	156,414,155	372,919,373	-216,505,218	177,147,265	356,252,634	-179,105,369	256,611,092	694,015,942	-437,404,850	295,375,346	1,015,470,938	-720,095,592
Animais vivos e derivados	19,366,866	26,534,921	-7,168,055	19,241,403	12,905,301	6,336,102	19,241,188	22,928,736	-3,687,548	27,098,826	43,954,598	-16,855,771	12,805,249	37,097,743	-24,292,494
Produtos agrícolas	2,635,450	16,960,623	-14,325,174	7,298,147	11,643,076	-4,344,929	7,289,520	7,564,301	-274,780	15,230,007	22,304,688	-7,074,681	10,994,773	19,692,186	-8,697,413
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3,661,761	2,032,859	1,628,902	6,213,895	3,642,820	2,571,075	6,213,741	2,177,785	4,035,957	2,777,266	7,846,989	-5,069,724	6,419,908	9,931,283	-3,511,375
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	14,410,951	34,598,359	-20,187,409	25,401,394	27,126,446	-1,725,052	25,394,232	17,148,034	8,246,198	25,037,749	30,520,536	-5,482,787	44,517,633	44,086,320	431,313

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

Anexo-3: Fluxos Comerciais Intra-SADC Continuação

ANOS	2005			2006		
	Exportação	Importação	SALDO	Exportação	Importação	SALDO
Africa do Sul-SADC						
Volume Total de Transacções	4,997,921,557	1,600,220,737	3,397,700,820	5,303,894,718	1,943,705,615	3,360,189,103
Animais vivos e derivados	55,784,314	11,014,676	44,769,638	65,233,683	10,085,417	55,148,266
Produtos agrícolas	396,323,795	47,639,492	348,684,303	238,594,480	54,760,762	183,833,718
Gorduras e óleos animais ou vegetais	27,347,828	209,231	27,138,597	28,642,523	103,704	28,538,819
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	257,340,602	46,188,681	211,151,921	351,097,542	56,185,418	294,912,124
Zâmbia-SADC						
Volume Total de Transacções	730,691,678	1,466,545,329	-735,853,650	1,306,333,687	1,744,184,472	-437,850,785
Animais vivos e derivados	12,063,854	10,033,121	2,030,733	2,231,312	13,812,457	-11,581,144
Produtos agrícolas	37,805,486	55,783,790	-17,978,305	38,776,516	89,928,666	-51,152,149
Gorduras e óleos animais ou vegetais	510,647	28,823,703	-28,313,056	1,294,554	27,868,767	-26,574,213
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	106,300,559	31,327,946	74,972,613	106,054,990	43,897,593	62,157,396
Tanzânia-SADC						
Volume Total de Transacções	335,619,385	442,455,785	-106,836,400	290,067,733	580,001,034	-289,933,301
Animais vivos e derivados	6,323,936	1,215,040	5,108,896	5,301,663	1,480,045	3,821,618
Produtos agrícolas	6,087,564	9,475,828	-3,388,264	22,863,830	10,519,378	12,344,452
Gorduras e óleos animais ou vegetais	2,031,335	92,155	1,939,180	1,252,058	859,718	392,340
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	3,857,506	33,408,683	-29,551,177	8,435,070	34,996,427	-26,561,358
Malawi-SADC						
Volume Total de Transacções	110,847,927	721,073,919	-610,225,992	207,854,835	720,979,321	-513,124,486
Animais vivos e derivados	261,154	6,603,688	-6,342,534	251,721	5,291,977	-5,040,256
Produtos agrícolas	49,111,063	36,141,219	12,969,844	38,705,864	49,154,476	-10,448,612
Gorduras e óleos animais ou vegetais	109,297	15,545,426	-15,436,129	33,993	19,088,727	-19,054,734
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	27,543,266	108,204,630	-80,661,364	97,530,800	65,584,454	31,946,345
Swazilândia-SADC						
Volume Total de Transacções						
Animais vivos e derivados						
Produtos agrícolas	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Gorduras e óleos animais ou vegetais						
Produtos alimentares, bebidas e tabaco						
Moçambique - SADC						
Volume Total de Transacções	390,110,032	1,143,038,017	-752,927,986	455,460,037	1,167,409,578	-711,949,541
Animais vivos e derivados	16,603,682	37,379,674	-20,775,993	19,624,812	43,685,910	-24,061,098
Produtos agrícolas	27,739,095	25,978,974	1,760,120	14,856,076	44,114,360	-29,258,284
Gorduras e óleos animais ou vegetais	2,607,411	9,573,319	-6,965,907	3,661,172	11,815,546	-8,154,374
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	29,608,349	41,574,046	-11,965,697	19,146,466	50,146,997	-31,000,530

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

S/I – Sem informação

Anexo- 4: O Comércio dos agregados de produtos em análise entre Moçambique e a SADC

ANOS	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
Moçambique														
Africa do Sul	25,209,067.14	70,996,353.11	44,824,819.82	45,125,545.68	44,823,332.18	30,331,993.37	22,477,509.20	82,990,695.85	20,294,836.65	78,406,710.66	25,456,756.29	69,757,788.61	35,365,890.19	106,232,545.99
Malawi	9,257,890.67	259,871.56	9,702,120.68	170,295.13	9,688,007.21	13,386.28	28,585,444.18	5,793,654.49	46,636,806.37	8,144,663.90	46,642,157.98	6,328,167.65	8,817,271.50	11,697,606.54
Tanzânia	0.00	18,363.94	0.00	16,817.33	0.00	63,459.27	336,759.06	238,348.75	457,447.34	228,325.91	158,183.12	223,241.79	4,322,902.89	110,048.11
Zâmbia	77,300.99	323,874.32	65,678.63	0.00	65,678.63	27,419.16	601,401.22	0.00	776,805.89	55,172.74	875,625.12	2,388,065.05	1,764,851.28	843,309.54
Zimbabwe	5,122,130.98	3,119,072.05	3,120,456.76	5,146,392.19	3,120,165.32	3,749,372.44	3,743,750.84	4,033,014.78	6,050,015.42	3,670,193.69	3,082,935.92	9,250,568.88	6,290,931.06	5,645,252.90
Swazilândia	137,939.57	2,266,730.17	131,509.15	1,874,536.93	131,244.28	1,345,099.76	14,133,424.72	2,289,407.32	94,940.10	3,240,563.73	101,831.63	4,492,271.62	44,890.69	5,310,968.71
Total	39,804,329.35	76,984,265.14	57,844,585.05	52,333,587.27	57,828,427.63	35,530,730.29	69,878,289.23	95,345,121.19	74,310,851.77	93,745,630.63	76,317,490.07	92,440,103.60	56,606,737.61	129,839,731.79
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006							
Exportações	39,804,329.35	57,844,585.05	57,828,427.63	69,878,289.23	74,310,851.77	76,317,490.07	56,606,737.61							
Importações	76,984,265.14	52,333,587.27	35,530,730.29	95,345,121.19	93,745,630.63	92,440,103.60	129,839,731.79							
Saldo Comercial	-37,179,935.79	5,510,997.78	22,297,697.34	-25,466,831.96	-19,434,778.86	-16,122,613.53	-73,232,994.18							

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes no SADC Trade Report de 2007

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A. (1994), *“Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992”*. Maputo: Padrigu/CEEI-ISRI. Acessado pelo site <http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/clima.html> em 19-Setembro-2007

ACDI (2004). *“CANADÁ e MOÇAMBIQUE: Em parceria na Cooperação para o Desenvolvimento”*

ACP SECRETARIAT (1997). *“Regional Integration and Cooperation; Realistic Avenues in the Next Millennium”*, Acessado pelo site <http://www.acpsec.org/summits/gabon/eca/eca.htm> www.sebraemg.com.br/arquivos/programaseprojetos/negociosinternacionais/comoexportar/AfricaSul.pdf em 18-Dezembro-2007.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2004) *“Constituição da República”* – Moçambique, Maputo.

BALASSA, Béla (1980) *“Teoria de integração económica.”* Ed. UTECHA, S. A. México.

BANCO DE MOÇAMBIQUE (2007). *“Sem título”* Acessado pelo site http://www.pap.org.mz/downloads/wg_reports_jr07/sector_financeiro_rc07.doc em 11-Fevereiro-2008

CASTEL-BRANCO, C.N. (2002). *“Contribuição para uma análise de algumas questões importantes no desenvolvimento das Agro-indústrias”*. Notas metodológicas soltas produzidas para o GPSCA - Maputo

CASTEL-BRANCO, C.N. (2003). *“Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento”*

CRISTÓVAM, J.S.S (2005): *“Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional”*; Acessado pelo site <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7254> em 05-Novembro-2007

(-) PRODUCTIVIDAD *“Diccionario de Economia”* Acessado pelo site <http://www.zonagratis.com/curiosidades/DicEconomia/P.htm> em 05-Janeiro-2008

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2002). *“Código de Benefícios Fiscais”*; Decreto nº 16/2002

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2004). *“PROAGRI-II: Documento estratégico”*- MADER; Maputo

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2006). *“Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta – PARPA-II (2006-2009)”*; Maputo

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2007). “Regulamento para a concessão do direito de uso da marca “Orgulho Moçambicano. MADE IN MOZAMBIQUE””; Diploma Ministerial nº 117/2007; Maputo

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2007). “Lei do Trabalho”, Maputo

HANLON, Joseph (2006). “Será que governo e doadores investem na economia?” artigo, acessado pelo site: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/p5.shtml> em 18-Jan-2008

IPEA (1998). “MERCOSUL: INTEGRAÇÃO REGIONAL E O COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS” IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Rio de Janeiro, Brasil; Acessado pelo site <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0494.pdf> em 13-Nov-2007.

IPECE (2004). “Cadeia produtiva da Energia Eléctrica do Ceará”; IPECE-Instituto de Pesquisa e Estratégia Económica do Ceará; Texto para discussão nº 15. Fortaleza, Brasil

KPMG-Mozambique (2006), “As 100 Maiores Empresas de Moçambique”. Maputo

KPMG-Mozambique (2007), “As 100 Maiores Empresas de Moçambique”. Maputo

KRUGMAN, P.R. & OBSTFELD, M. (2001). *Economia Internacional: Teoria e Política*. MAKRON Books, São Paulo

MAGNOLI, D. (1997) “Globalização, Estado nacional e espaço mundial”, Editora Moderna, S.P., 1997

MARTIN, Cristielen y MAUCH Palmeira(2006): “Competitividade e integração regional latino americana” en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 71, 2006. Texto completo en <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>

MARX, K. (1867). “O Capital” – Prefácio Acessado pelo site <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/prefacioseposfacios.htm#prefacio1867> em 15-Outubro-2007

MORE Rodrigo (1998). “Integração Económica Internacional” Acessado pelo site <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3307>, em 03-Março-2008

MOSCA João (1996). “Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência”; Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia – Lisboa.

MURAPA, R. (2002): “Southern Africa Development Community (SADC): Towards Political and Economic Integration” artigo acessado pelo site <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf> em 21-Setembro-2007

NORTE, Gilberto M. (2003), "*Escolaridade em Moçambique: Diferenciais Regionais e Determinantes*". – Acessado pelo site https://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/dissertacoes/2006/Gilberto_Mariano_Norte.pdf em 9-Outubro-2007

OSSEMANE R. e SANDE Z. (2006), "*Impacto de políticas de carácter neo-liberal sobre os camponeses em Moçambique*": Estudo encomendado pela União Nacional de Camponeses 2004 – Maputo

PARRÉ, J.L. at al: "*Desempenho do sector agro-industrial da região sul do Brasil*". Acessado pelo site <http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Parre.pdf> em 09-Agosto-2006.

PNUD (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007). "*Relatório de Desenvolvimento Humano*"

PORTER, M. (1991). "*Estratégia Competitiva - Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência*". Rio de Janeiro. Editora Campus.

PORTER, M.(1993). "*Vantagem competitiva das nações*". Editora Campus.

PORTER, M.(1998). "*Clusters e competitividade*"; artigo; Harvard Business Review. Acessado pelo site http://www.hsm.com.br/hsmmanagement/edicoes/numero_15/clusters_compet.php em 14-Fevereiro-2008

RODRIGUES, A.M. at. al: (-). "*COMPETITIVIDADE NA AGRO-INDÚSTRIA: MODELO PARA ANÁLISE BASEADO NO CONCEITO DE COMPETITIVIDADE REGIONAL*"; Acessado pelo site www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoestrategicaeorganizacional/arg29.PDF em 05-Novembro-2007

SADC Trade Report (2007) acessado pelo site http://data.sadctrade.org/st/ReportFolders/ReportFolders.aspx?CS_referer=&CS_ChosenLang=en em 04-Janeiro-2008

SHILLING, V. (2002). "*Globalização, ontem e hoje*"; Terra Networks, S.A; acessado pelo site <http://www.zaz.com.br/voltaire/atualidade/globalizacao.htm> em 8 de Fevereiro 2008

SOUSA, Nali J. (1993). "*Desenvolvimento Económico*", ed. São Paulo: Atlas

SUFFI, S. (2002). "*Desenvolvimento Regional: Uma abordagem através de Cluster da Saúde*"; Acessado pelo site <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/10044.pdf> em 20-Setembro-2007

SUZIGAN, W. e FURTADO, J. (2006). "*Política Industrial e Desenvolvimento*". Revista de Economia Política, Artigo, vol. 26, nº 2 (102), Acessado pelo site www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2.pdf, em 23-Maio-2007

WORLD BANK (2008). "*O banco mundial propõe ênfase renovada na agricultura para o desenvolvimento*"; Acessado pelo site

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/ACCUEILEXTN/NEWSFRENCH/0..contentMDK:21518386~pagcPK:64257043~piPK:437376~theSitePK:1074931,00.html> em 12-Fevereiro-2008

WORLD BANK (2008). “*World Development Report: Agriculture for Development*”

WUYTS, Marc & O’LAUGHLIN, Bridget (1981). “*A questão agrária em Moçambique*”
Estudos Moçambicanos (3); Maputo